



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PAULA EMANUELA LIMA DE FARIAS

DOS CANTEIROS DE OBRA AO SINDICATO: A FORMAÇÃO POLÍTICA  
DAS LIDERANÇAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOB A ÉGIDE DO  
SINDICALISMO CLASSISTA

FORTALEZA

2013

**PAULA EMANUELA LIMA DE FARIAS**

**DOS CANTEIROS DE OBRA AO SINDICATO: A FORMAÇÃO POLÍTICA  
DAS LIDERANÇAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOB A ÉGIDE DO  
SINDICALISMO CLASSISTA**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Marxismo, educação e luta de classes.

**Orientador:** Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa.

**FORTALEZA**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- F238d Farias, Paula Emanuela Lima de.  
Dos canteiros de obra ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista / Paula Emanuela Lima de Farias. – 2013.  
95 f. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.  
Área de Concentração: Educação brasileira.  
Orientação: Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa.
- 1.Sindicatos – Trabalhadores da construção – Fortaleza(CE). 2.Consciência de classe – Fortaleza(CE). 3.Trabalhadores da construção – Educação – Fortaleza(CE). 4.Sindicalismo – Fortaleza(CE). 5.Ideologia. 6.Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza e Região Metropolitana. I. Título.

**PAULA EMANUELA LIMA DE FARIAS**

**DOS CANTEIROS DE OBRA AO SINDICATO: A FORMAÇÃO POLÍTICA  
DAS LIDERANÇAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOB A ÉGIDE DO  
SINDICALISMO CLASSISTA.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Marxismo, educação e luta de classes.

**Orientador:** Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz  
Universidade Regional do Cariri (URCA)

---

Prof. Dr. Emmanoel Lima Ferreira  
Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)

*Para Manoel Farias, camarada e meu pai.*

*Para Lucas, camarada e amante.*

*Para as lideranças da construção civil,  
“construtores” de uma escola para a  
revolução.*

## AGRADECIMENTOS

*“Não se tratava mais de uma pesquisa puramente científica; era preciso escolher caminho na política. A revisão do marxismo, a qual se procedia em todas as direções, me ajudou assim como a muitos jovens revolucionários a concentrar o pensamento e a afiar as minhas armas. Tínhamos necessidade do marxismo, não somente para acabar com o populismo que nos havia afetado de leve, mas, antes de tudo, para travar uma luta sem tréguas contra o capitalismo no próprio terreno deste. A luta contra o revisionismo nos temperava, não só em teoria, mas na política. Tornávamo-nos revolucionários proletários”.*  
(Leon Trotsky, *Minha Vida*. P.119)

Meus especiais e sinceros agradecimentos à todos aqueles que cruzaram (e cruzam) minha caminhada alimentando a minha necessidade do marxismo e travando uma luta sem tréguas – na teoria e na prática – contra o capitalismo.

Em primeiro lugar, agradeço ao professor Frederico Costa, orientador e parceiro nesta pesquisa, por sua incomparável paciência nos últimos dois anos.

Aos professores Kátia Lima e Emmanoel Lima por todas as contribuições na qualificação e na motivação para finalizar a pesquisa.

À professora Eliane Dayse que aceitou prontamente participar da banca examinadora.

Ao professor Fábio José, pela atenção e sensibilidade; por sempre acreditar que era possível; pelas contribuições fundamentais para feitura deste trabalho.

À professora Raquel Dias, pela atenção e encorajamento para apresentar este projeto de pesquisa.

Aos amigos de perto: Evânnya, Jane, George, Pereira, Thiago, Euclides, Camila Chaves, Marcel e Niágara; e aos de longe: Thaís, Neri, Arthur (responsável pelo *abstract*. Obrigada!) e Henrique Saldanha que acompanharam as delícias e as dores destes dois anos de pesquisa. Em especial a Ana Pagu pela paciência e pela necessidade comum no marxismo. Obrigada à todos pelos cafés animados, as conversas afiadas e as discussões teóricas.

A meus pais, irmãos e a pequena Júlia, linda da tia, pela paciência revolucionária. Em especial meu pai que foi fonte inspiradora, desde a graduação, para registrar a história dos homens (como ele) que fazem parte da história do movimento operário cearense. A minha mãe que, sem entender muito o que eu pesquisava,

compreendeu (com suas incompreensões) minhas ausências. Apesar de perto, mantive-me distante.

A dona Helena, sr Renato e Lorena pela torcida incondicional – de perto e de longe. Pelas alegrias e motivação por cada passo dado rumo à conclusão desta pesquisa; por acreditar e confiar, às vezes mais do que eu, que daria tudo certo (e deu!).

A Lucas meu amigo, camarada e amante - o curso do verdadeiro amor nunca é sereno! Obrigada por acreditar na minha capacidade; por ser fonte de inspiração e motivação para seguir escrevendo mesmo nos momentos mais difíceis; por sua curiosidade intelectual permanente que contagia todos ao redor; por sua necessidade do marxismo não só na teoria, mas na prática. Principalmente, obrigada pela paciência.

Aos camaradas Raimundão, Gonzaga, Zé Batista, Magela e Nestor, operários da construção civil e lideranças operárias do estado que inspiraram, desde a graduação, a registrar suas histórias com rigor científico e sempre em defesa do marxismo. Aos operários da construção civil que constroem a riqueza do estado com sangue e suor e que escrevem sua história no dia-a-dia de suas lutas e experiências. Às mulheres da construção civil que estão aprendendo a ter coragem a partir de suas referências e da história grandiosa da categoria que pertencem.

A todos os membros do PSTU que há quinze anos vem temperando, não só em teoria, mas na prática política cotidiana, gerações de revolucionários proletários.

A CAPES, pelo apoio financeiro durante vinte quatro meses que possibilitaram a dedicação exclusiva ao programa de pós-graduação e à esta pesquisa.

*“A vida social é essencialmente prática.  
Todos os mistérios, que levam ao  
misticismo, encontram sua solução  
racional na práxis humana e no ato de  
compreender essa práxis”.*  
(Karl Marx).

*“(…) como podia  
Um operário em construção  
Compreender por que um tijolo  
Valia mais do que um pão?  
(…)  
E um fato novo se viu  
Que a todos admirava:  
O que o operário dizia  
Outro operário escutava.*

*E foi assim que o operário  
Do edifício em construção  
Que sempre dizia sim  
Começou a dizer não”.*  
(Vinicius de Moraes)

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é examinar como o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza – STICCF construiu uma história de luta operária produzindo uma argamassa ideológica e consciência de classe que durante longos anos parecera o sol impossível de uma perdida noite de verão. Na pesquisa apresentamos como a educação política se apresenta como parte desta argamassa ideológica do proletariado e da sua atividade revolucionária. Examinamos o problema trazendo a lume observações, estudos e análises acerca das relações mais fecundas entre a luta social e as temáticas mais do que complexas da consciência de classe e da ideologia. Essa é uma questão que, decerto, provoca controvérsias, e não poderia ser de outra forma. Parece-nos frutífero nesse caminhar a eleição de uma clara perspectiva. Com isso em mente, antecipamos que inspiramo-nos em Marx e no instrumental marxista com a inabalável convicção de que, no plano teórico, assim como na vida, é necessário estabelecer escolhas e definir diretrizes. De forma resumida, é assim que as questões são aqui abordadas, ainda que estejamos cientes de que se trata de uma discussão longa e complexa e sobre a qual não nos cabe aqui imaginar que já tenhamos em mãos todas as respostas. Efetivamente, temos algumas hipóteses e com elas constituímos o nosso ponto de largada. Nesse sentido como resultados da pesquisa apontamos 1) o ascenso e os processos de reorganização do movimento sindical, na qual o STICCF esteve envolvido, contribuíram sobremaneira para educação política de toda uma geração de lideranças da construção civil; 2) que uma parte da vanguarda saídas das lutas do STICCF transformou-se em um destacamento avançado da classe – lideranças sindicais - responsabilizando-se, então, por sua educação política e consciência classista; 3) que o STICCF sustentou sua ideologia e consciência classista mesmo quando navegava contra a maré na qual o sindicalismo brasileiro mergulhou na primeira década dos anos 2000, mantendo a educação política de milhares de trabalhadores nos canteiros de obra, formando novas gerações de lideranças na construção civil de Fortaleza.

**Palavras-chave:** Consciência de classe. Ideologia. Educação. Sindicalismo. STICCF.

## ABSTRACT

The object of this research is to examine how the Union of Construction Workers of Fortaleza – STICCF – built a struggle workers history producing an ideological fortress and class consciousness that for many years had seemed the impossible sun of a lost summer night. In the research we present as political education appears as part of this ideological fortress of the proletariat and this revolutionary activity. We examine the problem bringing out observations, surveys and analyzes of the most fruitful relations between social struggle and the complex thematic about class consciousness and ideology. This is an issue that certainly inspires controversy, and could not be any other way. It seems fruitful the election of a clear perspective. With this in mind, we anticipate that are inspired by the Marx and the Marxist method with the strong conviction that, in theory, as in life, it is necessary make choices and set guidelines. Briefly, this is how the questions are dealt here, although we are aware that it is a long and complex discussion on which cannot imagine that already have at hand all the answers. Effectively, we have some hypotheses and they constitute our starting point. In that sense, we present as search results: 1) the rise and reorganization processes of the union movement, in which the STICCF was involved, contributed significantly to political education of a whole generation of leaders in the construction industry; 2) that part of the vanguard originated from the struggles of STICCF turned into an advanced detachment of class - union leaders - then taking responsibility for their political education and class consciousness; 3) STICCF contended your ideology and class consciousness even when sailing against the tide in which Brazilian unionism plunged in the first decade of the 2000s, keeping the political education of thousands of workers at construction sites, forming new generations of leaders in the civil construction of Fortaleza.

**Keywords:** Class Consciousness. Ideology. Education. Unionism. STICCF

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. CLASSES SOCIAIS, CONSCIÊNCIA DE CLASSE, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO COMO CATEGORIAS EXPLICATIVAS .....</b>	<b>15</b>
1.1 A classe social como categoria chave.....	15
1.2 A consciência de classe como parte do processo histórico.....	25
1.3 O lugar da ideologia na luta de classes.....	31
1.4 A educação política como parte da argamassa ideológica do proletariado e da sua atividade revolucionária.....	36
<b>2. OS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA: LUTA SOCIAL, REORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL, CLASSE, VANGUARDA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE – UMA PANORÂMICA À LUZ DO MARXISMO .....</b>	<b>41</b>
2.1 O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza no contexto do ascenso e da reorganização sindical .....	41
2.2 Classe, movimento e quadros: o lugar da vanguarda no processo de reorganização.....	44
2.3 Os operários da construção civil: explosão social e independência de classe...	50
2.4 Classes, movimento e consciência.....	53
<b>3. ....</b>	<b>0</b>
<b>SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOB A ÉGIDE DO LULISMO: INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, OPOSIÇÃO AO MODELO ECONÔMICO E SINDICALISMO CLASSISTA – AS LIÇÕES DOS ANOS LULA DA SILVA .....</b>	<b>66</b>
3.1 O PT chega à presidência da república – os anos Lula da Silva (2003-2010)...	67
3.2 Crescimento econômico e exploração dos operários da construção civil de Fortaleza.....	75
3.3 Lutar quando a regra é ceder – as lições dos anos Lula da Silva para as lideranças da construção civil de Fortaleza.....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

*“Assim que a classe trabalhadora, inicialmente aturdida pelo ruído da produção, recobrou em alguma medida seus sentidos, teve início sua resistência...” (KARL MARX)*

Está longe a época em que as questões referentes às classes sociais, aos seus estratos diversos e às suas lutas representavam um ponto pacífico como uma das linhas de força entre as temáticas que galvanizavam o interesse dos pesquisadores, acadêmicos e não acadêmicos.

De feito, a avalanche neoliberal, marcada pela noção de pensamento único (*there is no alternative*), que marcou (sobremaneira) os anos 1990, favoreceu imensamente o processo de estreitamento do estoque de temários interpelado pelos estudiosos, dentro e fora das instituições universitárias, a pretexto de ampliá-lo em direções outras.

Nestes últimos anos, contudo, a crise capitalista trouxe à tona, uma vez mais, a possibilidade de atração dos “velhos temas”, dentre eles os que se reportam à luta de classes em suas diversas modalidades, inclusive no que concerne aos embates operários. Aos nossos olhos, o texto dissertativo ora apresentado se coaduna a esse último aspecto relacionado à questão operária.

A característica mais marcante do presente trabalho, portanto, é que a classe operária, nestas páginas, brota como protagonista de uma história em que os processos de luta e educação (em um sentido abrangente) se interconectam e se definem a partir desse amplo diálogo. Conflitos que geram aprendizado e aprendizado que reorienta a natureza dos conflitos, eis a síntese dialética que preside as relações de classe que aqui são examinadas.

A consciência operária de que a mobilização é um instrumento imprescindível para fazer valer os direitos, antigos e novos, é uma conquista de longos anos de enfrentamento que, de um lado, colocaram os trabalhadores da construção civil da região metropolitana de Fortaleza e as suas organizações e, de outro, os empresários, as suas entidades representativas e as instituições estatais. Esse cenário é por nós visitado em cada lauda em que se espalham os resultados de uma pesquisa que conosco se fundiu e que, em seu desenvolvimento, adicionou elementos essenciais à nossa trajetória de estudiosa do problema de classe.

Já tendo refletido acerca do assunto, ainda durante a graduação, deliberamos seguir no enalço das questões que ele inspira e, por isso, o retomamos em uma

dimensão de sentido mais ancho, voltando-nos agora, em primeiro lugar, para um esforço de teorização marxista mais fecundo e forrado em torno dos seus elementos mais vultosos.

São necessárias algumas palavras que amparem os que nos honrarem com a sua perscrutação. Primeiramente, o nosso objeto é o operariado da construção civil da Região Metropolitana de Fortaleza, as suas lutas e as suas formas organizativas, especialmente o seu sindicato, no marco da formação das suas lideranças; em suma, o seu processo de educação política. Em segundo lugar, a escala de tempo com a qual trabalhamos é essencialmente a do período que coincide com a vitória de uma oposição classista no sindicato, em 1988, até aproximadamente o triunfo e o estabelecimento do governo de frente popular conduzido por Lula da Silva, 2003 à 2010. Em terceiro lugar, o material que nos serviu de base para uma reiterada problematização do tema, além de textos teóricos de inspiração marxista como Bensaid, Bukharin, Mandel, e outros abordando o cotidiano e os confrontos operários, pode ser resumido nos jornais e panfletos do sindicato dos trabalhadores da construção civil, em seus documentos gerais (estatutos, fotografias entre outros.), além de textos originados na chamada “grande imprensa”. Sem dissimular as dificuldades, também nos firmamos nas fontes orais (depoimentos e conversas pessoais), indispensáveis no preenchimento de inevitáveis lacunas. Finalmente, para efeito de organização e de um entendimento sumário do enfoque, a dissertação em tela está constituída basicamente por introdução, três capítulos e considerações finais.

Deteremo-nos agora em uma rápida exposição de cada capítulo que compõe essa tentativa de análise.

No capítulo um do escrito, naturalmente pautando-nos por uma cultura marxista, sobressai um impulso de recuperação e revigoração de categorias que, a nosso ver, são essenciais para a desenvolvimento de todo estudo. Nesses termos, entre as reflexões que o sedimentam, sobressaem os conceitos de classe social, consciência de classe, ideologia e educação; construtos teóricos que, em última análise, alicerçam todo trabalho, em seu sentido mais amplo e significativo. A designação do capítulo – “classe sociais, consciência de classe, ideologia e educação como categorias explicativas” - nos diz suficientemente do seu conteúdo, do material que lhe embasa.

Nenhuma mudança intelectual, no entanto, parte de uma soma zero. Assim sendo, as nossas conclusões arrancam de muitas etapas de estudos e investigações que, partindo de Marx, vão desaguar em diligências mais recentes. Esse é o signo mais

emblemático e definitivo desse capítulo preliminar. A sua existência é a condição essencial para os demais estágios da pesquisa e que estão estampados nos demais capítulos.

Poderíamos distinguir o capítulo dois como um empreendimento em que as discussões dos marcos categoriais se realizam em seu intercurso com o movimento real promovido pelos operários e as suas organizações. Qualquer dúvida a esse respeito, de certo modo, se dissipa já em sua qualificação: “Os operários da construção civil de Fortaleza: luta social, reorganização político-sindical, classe, vanguarda e consciência de classe – uma panorâmica à luz do marxismo”.

Os marxistas estamos familiarizados com os conceitos que aqui são abrigados, mas neste capítulo eles são examinados em seus nexos mais fecundos com uma experiência concreta; são testados em sua eficácia; são enriquecidos em sua conexão com a existência real das lutas operárias. Visto assim, teoria e empiria se implicam e se enredam.

Há mais. Neste caso, o nosso ponto de partida é o processo de reorganização político-sindical que marcou todo trajeto dos anos 1980 e que, no caso dos operários da construção civil de Fortaleza, resultou em um quadro concreto em que a velha diretoria foi varrida da entidade e cedeu o seu lugar a uma direção sindical e politicamente combativa; direção essa que era um produto direito do novo cenário que havia sido descortinado com o ascenso dos conflitos sociais próprio àquele momento da luta de classes, mas que também expressou o mecanismo de constituição de novas lideranças. Esse fato ajudou os operários da construção civil a que, gradativamente e, às vezes, aos saltos, descobrissem um novo mundo e, em sendo assim, fossem tomando o seu destino nas próprias mãos, lutando e se educando; incorporando-se, enfim, a essa dinâmica ascensional.

Essa realidade sensível propicia-nos o laboratório para apreciarmos em carne viva o caráter terreno do aparato conceitual no qual nos apoiamos desde o primeiro instante. Em poucas palavras: esse é o sentido mais cabal dessa parte do material dissertativo.

Por fim, o terceiro e último capítulo “O sindicato dos trabalhadores da construção civil sob a égide do lulismo: independência política, oposição ao modelo econômico e sindicalismo classista – as lições dos anos Lula” é uma descida ao inferno de Dante. Em suas diversas passagens, observa-se a robustez da exploração capitalista.

É a morada das almas proletárias ainda em vida<sup>1</sup>. Mas também há a contraface. As lutas operárias aparecem também com vigor<sup>2</sup>. Em tais páginas, a resistência do operariado é um facho de luz em uma zona de sombra nesse sentido, dialoga com o capítulo anterior em que esse processo é mais realçado. Contamos e se analisamos uma história de exploração, resistência e superação, ainda que dentro de certos limites. O concreto e o particular mais se revelam do que se escondem.

O terceiro capítulo convida igualmente à reflexão quanto a uma questão que revela certo estado de coisas relativamente à trajetória proletária recente em nosso país. A maturidade da organização operária na construção civil da RMF coincidiu com o fortalecimento da alternativa de um ex-líder operário que, em sua expansão política, alcançou a presidência da república. Trata-se de Luís Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, um dos momentos que compõem essa derradeira estação se manifesta em um estudo abreviado das relações entre os embates e os processos organizativos, políticos e ideológicos – que dizem respeito ao operariado – e o contexto particular de ascensão política de um dirigente sindical alçado ao posto maior do Estado brasileiro. Isso, manifestamente, implica em um exame breve do quadro econômico e social que caracterizou esse período e como ele se mostrou em sua dialética com os trabalhadores, o seu cotidiano, as suas contendas e o seu processo formativo.

Em nível mais geral, no terceiro capítulo, não somente procuramos efetuar um ligeiro balanço desse período – marcado pela chegada ao governo da frente popular, encabeçado por Lula; ao mesmo tempo, nos empenhamos em sinalizar um cenário prospectivo, e, para tanto, partimos das condições atuais em que vivem esses trabalhadores da construção civil; de como se organizam e lutam; lutam e se educam; educam-se e sinalizam em direção ao descortinamento de novos horizontes, cuja base principal é a conquista da independência política.

Neste passo, e a título de fechamento, apresentamos as considerações finais que, além de resumir as principais conclusões do trabalho, sugere a necessidade de desdobramentos em relação ao trabalho que ora entregamos ao escrutínio crítico de leitores e examinadores. No seu todo, porém, malgrado aquela inquietação que não cansa de nos sugerir que alguma coisa deveria ter sido posta de outro modo, e não da

---

<sup>1</sup> Sobre isso, veja-se a seção “Crescimento econômico e exploração dos operários da construção civil de Fortaleza”.

<sup>2</sup> Veja-se a seção “Lutar quando a regra é ceder...”

maneira que aqui se apresenta, este é o resultado de um esforço intelectual enunciado, manifestado e desenvolvido nas páginas que seguem.

Que as personagens que se vejam no espelho dessa história não se olhem sem se reconhecer.

## CAPÍTULO 1

### CLASSES SOCIAIS, CONSCIÊNCIA DE CLASSE, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO COMO CATEGORIAS EXPLICATIVAS.

*“A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios, que levam ao misticismo, encontram sua solução racional na práxis humana e no ato de compreender essa práxis” (KARL MARX).*

A formação das mentes é um processo longo e complexo e, invariavelmente, implica em mudanças e permanências. Certas categorias cumprem um papel fundamental em tal trajeto histórico-concreto e podem contribuir – de um modo e de outro – nos processos indicados. Aqui, a luta dos trabalhadores exerce um papel protagonista. Analisá-la significa, entretanto, retomar marcos categoriais que, no último período, em geral, foram negligenciados; subestimação perceptível principalmente em trabalhos cujos autores se incumbiram de temáticas que, se bem observado, apresentaram pontos de contato com o nosso objeto.

Com o passar do tempo, categorias como as de classes sociais, consciência de classe, ideologia e educação (como práxis) pareciam ter as suas pontuações refluídas e – hipoteticamente - se mostravam incapacitadas a desenhar quadros mais luminosos e, progressivamente, foram sendo relegadas a um segundo plano. A aparência parecia subjugar a essência. Exposta à luz e à controvérsia, no entanto, esse modo de tomar a questão carece de fundamentações mais vigorosas.

Nesses termos, é que voltamos a essas âncoras categoriais com vistas, não só a revisitá-las e assim seguir o processo de formação das mentes, mas, concomitantemente, como uma via indispensável para um estudo teoricamente fundamentado das experiências de luta levadas a cabo pelos que vivem da venda da sua força de trabalho.

#### 1.1 A classe social como categoria-chave:

*Os capitalistas chamam 'liberdade' a dos ricos de enriquecer e a dos operários para morrer de fome (LÊNIN).*

A questão, de plano, é saber se é possível examinar as lutas de uma categoria operária sem, por exemplo, se debruçar sobre o conceito de classe social. Aceitar uma resposta pela negativa não seria admitir um paradoxo? Não seria o mesmo que dizer que é possível se acercar do real e tateá-lo e entendê-lo de mãos vazias? Sob a aparência de

um grande salto para frente, não se correria o risco de se cair em um grande abismo teórico e histórico?

Quem pode supor por um instante que tais constructos teóricos estão mergulhados no mofo ou que não haveria sentido em recuperá-los, uma vez que encerrariam a aparência de elementos teoricamente repetidos à exaustão e incapazes de produzir um autêntico enriquecimento cultural, não deveria se esquecer de uma excelente reflexão acerca dessa contenda:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1987:13).

Quer dizer: aqui, não começamos por revelar ao mundo “descobertas originais”. Inversamente, começamos do que existe, das categorias já historicamente desenvolvidas, para só então pensarmos em agregar elementos, informações e reflexões, “por assim dizer”, individualmente novos. O objetivo maior é: partindo desses pressupostos teóricos, que carecem de ser difundidos criticamente, oferecer um corpo analítico apto a enriquecer o repertório das chamadas ciências humanas.

Nesse sentido, estudar as experiências dos trabalhadores, ignorando toda elaboração teórica atinente ao tema das CLASSES SOCIAIS, tem o sentido de um ponto fora da curva. Imaginamos que esse entendimento é válido para as demais categorias que encimam e definem o primeiro capítulo da presente dissertação. Afinal, de que outra maneira se poderia interpretar?

Como podemos perceber, o vazio teórico tende a produzir ansiedade e não pontos luminosos capazes de esclarecer e instruir.

Numa primeira olhada, devem aqui ser estudadas – com todas as faculdades críticas - as definições das categorias históricas que dão título ao capítulo em tela. Para ser mais exato: os problemas teóricos mais importantes que servem de base para essa investigação se traduzem nas noções de classe social, consciência, ideologia e educação. Abordá-las e desenvolvê-las, eis o dever primário.

Feita essa descrição geral, vale a pena acrescentar que a noção de classe social – uma categoria que será frequente em todo texto dissertativo – terá uma nítida

predominância, pelo menos, no primeiro momento. A partir deste quadro teórico, centrado no conceito de classe social, passaremos a discutir os demais conceitos, que não são domínios imediatamente dados, mas constituem momentos de um todo devidamente articulado e que brotam do próprio laboratório da história.

Essa prática de pesquisa histórica nos permite ser guiado pelos pressupostos contidos no materialismo histórico que tem em Karl Marx o seu ponto de largada e referencial mais decisivo. Este pensador e militante político, ainda que não tenha redigido uma obra específica voltada para discussão e definição de classe social, fez desse tema um objeto recorrente da sua longa trajetória como pesquisador revolucionário.

Já no Manifesto comunista, Marx e Engels (1988) tiveram a preocupação de definir o significado das classes fundamentais presentes no regime social capitalista:

Por burgueses entende-se a classe dos capitalistas modernos que são proprietários dos meios sociais de produção e utilizam o trabalho assalariado. Por proletários, a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver (1998:8).

Nessa definição, os criadores do materialismo histórico trabalham com um critério rigorosamente objetivo. Ao longo da obra desses dois gigantes do pensamento, o conceito apresentará certas matizações, mas esse critério jamais será abandonado e foi ele que balizou outros autores marxistas em seus estudos.

Seguindo essa baliza geral, Bukharin (1970; 50) escreveu:

Que é, pois, uma classe?

Pelo que foi exposto mais acima, já demos, em traços largos, a resposta a esta pergunta. Precisamos agora examinar o assunto mais de perto. Já vimos que por classe social se entende um conjunto de pessoas desempenhando um papel análogo na produção, tendo no processo da produção, relações idênticas com outras pessoas, sendo essas relações expressas também nas coisas (meios de trabalho). Daí decorre que, no processo de repartição dos produtos, cada classe é unida pela identidade de sua fonte de rendimentos, pois as relações de repartição dos produtos são determinadas pela relação de sua produção. Os trabalhadores têxteis e metalúrgicos não constituem duas classes diferentes, porém uma única classe, pois diante de outros homens (engenheiros, capitalistas) eles se

encontram em relações idênticas. Do mesmo modo os possuidores de uma mina de carvão, duma usina de ladrilhos e duma fabrica de espartilhos formam uma única categoria de classe: pois, mau grado as diferenças físicas entre as coisas com as quais se ocupam, eles estão perante os homens, no processo da produção, em relações idênticas (de «domínio»), as quais se exprimem também nas coisas.

Em termos gerais, a fonte de tal definição se encontra no quadro geral formulado por Marx e Engels, desde o Manifesto, em particular, a noção de classe como um agrupamento de pessoas que ocupa o mesmo lugar na produção. Ainda neste tema, é importante ressaltar que as distinções que se operam no interior de uma única classe, antes de qualquer outra coisa, representam sinalizações importantes quanto a inexistência de uma coesão absoluta em seu interior. Esse é o desenho pintado por Bukharin – que não ousa agregar elementos novos, mas simplesmente reforça um quadro anteriormente esboçado.

A partir deste quadro anteriormente esboçado, no entanto, em O dezoito brumário de Luís Bonaparte, Marx (1997) introduziu elementos de maior complexidade na definição do que seja efetivamente uma classe social, aspecto que escapa ao olhar sucinto de Bukharin. Ali, para Marx, a questão se apresenta nos seguintes termos: sem que um agrupamento social oponha o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos agrupamentos sociais paralelamente organizados, de feito, ele não constitui uma classe social. Ou seja, além do critério objetivamente já delineado, o autor de O capital acrescenta aspectos “subjetivos”, dinâmicos e relacionais com vistas a garantir uma conceituação histórica mais específica de classe social. Essa conceituação mais especificada e mediada, contudo, não invalida ou desconstrói a noção previamente expressa no Manifesto comunista; apenas a colore e a enriquece, sem, no entanto, corroer a sua base inequivocamente essencial. Como diria Mészáros (2008), “os aspectos material e espírito-intelectual estão sempre associados” (p. 63), não somente neste, mas em cada um dos casos que estejam relacionados com a temática de classe.

Thompson (1987) parece desejar a elevação do aspecto particular (“subjetivo”, “dinâmico”, “relacional”), contido no conceito expresso em O dezoito brumário de Luís Bonaparte, em detrimento do critério objetivo, ainda que em sua obra existam aspectos de ambiguidade em relação a esse tema, que, certamente, dificultam uma afirmação mais peremptória a esse respeito. Na leitura, não é que o conceito mais especificado

(com graus de “subjetividade”) implique em declinar do critério objetivo, que, em última hipótese, define o método com o qual Marx desenvolveu a sua pesquisa, ainda que não tenha finalizado amplamente a sistematização dos seus resultados. A questão fundamental é que, na análise social do revolucionário alemão, o segundo conceito, trabalhado em O dezoito Brumário, não existe como negação do primeiro- suscitado em diversos dos seus trabalhos - que, em última instância, é o seu suporte e critério mais decisivo. De feito, esse é o esteio metodológico com o qual se amparou uma variada gama de autores marxistas como Trotsky, Lenin e Arcary. Observe-se para tanto a definição que nos é propiciada por Lênin (1982):

Chama-se (de) classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada em leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (p. 150).

Em nossa leitura partindo do critério objetivo exposto no Manifesto (chave do método), que tem a ver com a posição social objetiva ocupada pelas distintas classes em uma ordem societária determinada, o líder da Revolução Russa enriqueceu o conceito de classe social ali estampado ao desenvolver os elementos presentes na formulação primária. A noção de que a classe social se define pelo “seu papel na organização social do trabalho” incorpora um componente novo à síntese anterior sem, no entanto, negá-la em seu alicerce. Trata-se de reconhecer que as classes não surgem da terra como cogumelos, mas se constituem segundo a divisão do trabalho. Do mesmo modo, a ideia de que a relação das classes, “as mais das vezes”, é “fixada e formulada em leis” também pode ser entendida como um galho a mais no tronco conceitual e não a sua impugnação.

Em larga medida, na contemporaneidade, os elos entre as classes e o Estado permitem ao estudioso do problema identificar como esses processos são regulados “em leis”. Não que o Estado produza as classes, mas que ele intenta - “as mais das vezes” – moderar e dirigir as suas relações procurando regulamentar as relações entre os

diferentes e antagônicos “grupos de pessoas”. Isto é, ao tentar fixar um sistema legal que regule os elementos conflitivos que permeiam os “contatos” entre as classes, a máquina estatal, por meios geralmente tácitos, procura enquadrar esta estrutura contraditória e antagônica em um horizonte jurídico compatível com a sobrevivência da ordem social vigente. Supõe-se frequentemente que a realidade tem se mostrado hostil a esse enquadramento e as referências comuns nascidas dos regulamentos tendem a se perder em uma espiral de lutas: as lutas de classes.

Para Marx e Engels (1998), são as lutas entre as classes o que, em última análise, caracteriza a história das sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção. No capitalismo, esse confronto revela-se com uma visibilidade não observável em qualquer outro momento da história – desde a passagem da organização social assentada nas desigualdades sociais até a emergência de ordens societárias fundadas na exploração e nas desigualdades de classe. No Manifesto comunista, esse entendimento assume uma culminância elucidativa:

Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 1998:8).

Sem dúvida, o capitalismo simplificou, e tornou mais abertamente cínicas, as relações de dominação de classe que, debaixo de formas distintas, já poderiam ser vislumbradas em regimes sociais pré-capitalistas. Neste ponto, novas classes e resíduos de velhas classes terminam por se insinuar, mas sem embaçar as peças fundamentais do tabuleiro.

Sob essa perspectiva, a tentativa de regulamentação de tal processualidade social e histórica, por parte do Estado, é uma forma particular de reduzir ou dissimular o formato que assumiu tal relação entre as classes no contexto do modo de produção capitalista. Independente da prescrição instituída, no entanto, o proletariado permanece como classe estruturalmente subordinada. Obviamente, as intervenções das instituições estatais jamais apontam para o afrouxamento, mas sempre para o reforço das relações de classe vigentes. Inclusive, em tais casos, as concessões táticas estão a serviço da invariância estratégica. As mais das vezes também, esse desiderato estatal termina por substituir a falta de caráter das formas primárias de relação entre os proprietários do

capital e da força de trabalho pela introdução de um caráter, às vezes, despudoradamente provocante aos produtores de mais-valia. A introdução de regras legais que asseguram aos capitalistas medidas de terceirização e precarização da mão de obra demonstra que o deboche e a falta de escrúpulos andam de mãos dadas com o capital e a máquina estatal que ousa se promover como representante de todos os “grupos de pessoas que se diferenciam” no cerne da sociedade capitalista.

Logo, o problema de classe envolve um leque amplo de elementos e fatores que precisa ser levado em conta pelo estudioso do tema. De acordo com Mészáros (2008a; 56), o “ser” de qualquer classe é a síntese abrangente de todos os fatores atuantes na sociedade. Como antecipamos sumariamente, não é preciso destacar que a apreensão prática adequada desse fenômeno tem se constituído em motivo de estudos e pesquisas entre as diferentes vertentes que conformam a tradição marxista. O fato de Marx não haver sistematizado o conceito de um único feitiço não pode levar a que se olvide que ele o fez assentado em um método: a determinação de classe a partir da posição objetiva no processo de produção. Esse conceito, amparado nesse método e variando na forma, se espalhou ao longo da sua extensa obra.

O que se observa é que essa questão, de algum modo, auxiliou não apenas nas polêmicas infundas acerca do assunto; da mesma maneira, induziu os pensadores marxistas a tentar estabelecer uma definição mais apurada do que seja classe social. Mészáros (2008a) – por exemplo – define que os fundamentos econômicos da sociedade capitalista representam os “determinantes fundamentais” do ser social de suas classes, mas acrescenta que eles são também, ao mesmo tempo, “determinantes determinados”.

Ou seja: estamos diante de uma ação recíproca e não de uma simples determinação mecânica de A sobre B. Essas polêmicas e esforços também têm a sua história, da qual seremos obrigados a abdicar de uma apreciação demorada, porquanto tal postura poderia implicar em um desnecessário desvio de rota. Certamente, aqui não é o lugar de tratar de modo exaustivo de cada um dos aspectos que, direta ou indiretamente, se relacionam com o temário e com as alterações que se processaram, à sua volta, ao longo da história, notadamente entre os marxistas.

Por isso, interessa-nos sobretudo examinar as definições de classe que acompanham a tradição marxista, cujos fundamentos e linhas mestras foram devidamente suscitados nas primeiras páginas deste capítulo; mas interessa-nos traçar esse quadro conceitual considerando que “a história de todas as sociedades de classe é a história das lutas de classe que as dilacera” (Mandel, s/d: 18). À primeira vista, assim

como as classes geram essas lutas, em larga medida, são por elas geradas. Será, no entanto, essa a solução para o nó górdio que acompanha essa celeuma, o enigma equacionado? Até onde o problema da consciência de classe se relaciona com essa indagação?

Nessa direção, Gurvitch se questionava: “Pode existir uma classe sem ter consciência disso?” Em seguida constatava que “O marxismo responde a esta questão distinguindo, nas palavras de Hegel, classe em si e classe para si” (FELIPPE, 2008:119). Essa linha de desenvolvimento foi expressa, pela primeira vez, por Karl Marx em *A miséria da filosofia* (2001). De feito, ninguém expressou esse ponto de vista com mais clareza do que ele próprio. Neste caso, parece-nos bastante razoável recorrer à própria letra do texto antes citado:

As condições econômicas tinham transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (MARX, 2001: 151).

Na essência, portanto, é observado aí o critério objetivo que apontamos anteriormente. A classe trabalhadora decorre das “condições econômicas” do capitalismo. Trata-se de um pressuposto indispensável, mas ainda insuficiente. Com efeito, a “dominação do capital” produziu não unicamente uma “situação comum”, ser explorado pelo capital, mas interesses comuns a de lutar contra os efeitos do capital sobre o trabalho, combater a exploração capitalista, superar a sua subordinação estrutural entre outras. Sob esse aspecto, os trabalhadores constituem e não constituem, ao mesmo tempo, uma classe. Objetivamente, como força de trabalho explorada pelo capital, existe, distingue-se e se define – de algum modo - como classe. Mas, de outro lado, só a luta consciente contra o capital, uma “luta de classe contra classe”, terá o condão de completar esta obra inacabada. Enquanto existirem apenas como resultantes das “condições econômicas”, da “dominação do capital” e da “situação comum” e “interesses comuns”, os trabalhadores formam simplesmente uma classe “em si”; somente quando “os interesses que defende(m) tornam-se interesses de classe” é que

podem ser considerados como atores nada desprezíveis de uma “classe para si mesma”. Esta era a compreensão de Marx.

Ridenti (1994) sugere que não se deve tomar esse criativo esquema por fora de um movimento decididamente dialético, salientando que:

(A) separação entre classe “em si” e classe “para si” só é posta para efeitos analíticos, pois na dinâmica da realidade o econômico não é separável do político, nem as “classes em inércia” podem ser distinguidas das classes em movimento não inercial, as classes “em si” das classes “para si” (p. 15).

Além disso, concordando com Rui Fausto, o autor de *Classes sociais e representação*, ratifica a ideia de que “na realidade, a teoria das classes, em Marx, não está presente, nem ausente. Ela está pressuposta, mas não posta” (FAUSTO apud RIDENTI).

As citações de Marcelo Ridenti explicitam dois problemas que devem ser sumariamente avaliados. Primeiramente, ainda que a separação seja posta adequadamente apenas “para efeitos analíticos”, o esquema marxiano é perfeitamente apropriado para capturar momentos distintos de uma trajetória de classe que, de ordinário, compreende uma totalidade complexa. Evidentemente, entre o político e o econômico há vasos comunicantes e devemos tomá-los em seus nexos profundos, até porque “os fatores políticos não podem ser separados dos fatores socioeconômicos” (MÉSZÁROS, 2008a: 61).

Esses laços absolutos, no entanto, não podem dissipar ou extinguir as diferenças relativas entre eles, ainda que muitas vezes estabeleçamos a separação entre ambos, num plano puramente metodológico. Postas de lado essas ligeiras observações, devemos estar alertas para o fato de que os territórios da economia e da política reagem um sobre o outro e vice-versa, pois não atuam “como pólos opostos de modo rígido”, como diria o velho Engels. Essa compreensão, porém, não invalida as nuances que distinguem as categorias da economia e da política, da mesma maneira que não derroga o reconhecimento, no mínimo, de uma variação ligeira, ou uma separação, ainda que puramente metodológica, entre as noções de classe “em si” e classe “para si”, entre o momento “puramente” econômico e o momento essencialmente político. Nesse ínterim, os elementos de mudança e permanência se tocam e se entrelaçam, sem deixar de se distinguirem. Não é exatamente análogo uma “situação comum” resultante da

dominação do capital e uma segunda “situação comum”, em última análise, definida pela luta contra a dominação do capital. Acerca dessa questão somos levados ainda a considerar o que nos declara Mészáros: “(O) proletariado é uma classe em si e para si apenas na medida em que é objetivamente capaz de estabelecer uma alternativa viável a sua própria subordinação estrutural” (2008a: 79). Esse entendimento inclusive enterra a ideia equivocada de que haveria uma muralha chinesa separando a noção de “classe em si” de “classe para si”. Antes que uma muralha talvez se devesse falar de pontes e outras formas de mediação.

Em segundo lugar, a ideia de que uma teoria das classes não estaria “presente nem ausente” na obra de Marx, estando apenas suposta e não posta, se relaciona com o que falamos acima e com o que outros autores também trataram de expor. A esse respeito, um comentário de Lukács é elucidativo: “De uma maneira funesta, tanto para a teoria como para o proletariado, a principal obra de Marx interrompe-se justamente no momento em que aborda a definição de classe” (2012:133).

É evidente que a ausência em Marx de um trabalho de fôlego (ordenado e sistemático) acerca dessa questão promoveu um sem número de controvérsias que, com o passar dos anos, não se arrefeceram; opostamente, somente se ampliaram e se inflamaram. Do mesmo modo, essa contenda histórica, que divide água entre os marxistas, tem oportunizado uma série de estudos e pesquisas que se volta para elucidação desse velho enigma. Além do mais, ao simplesmente estar posto em Marx, esse tema tem se revelado um dos aspectos mais fascinantes da produção científica marxiana.

O que está em jogo é estudar essa categoria – “não-presente” e “não-ausente” – e empregá-la como um facho luminoso apto a esclarecer o problema de classe no regime social capitalista, em particular em sua acepção mais contundente: o caráter e o sentido do proletariado como classe tendencialmente capacitada a fazer com que a história dê um primeiro passo do reino da necessidade, material e intelectual, para o reino da igualdade, material e espiritual. Como começar esse movimento ou “percurso”, diria Ridenti, senão pela ultrapassagem dialética de uma “situação comum” derivada das “condições econômicas”, capitalistas, para uma “situação comum” derivada da luta política por superá-las? Em outros termos: sobrepujando dialeticamente um estado de classe “em si” por um estado de classe “para si”?

Certamente, essas indagações sugerem o quanto é necessário, ao lado da apreciação histórica da problemática de classe, estabelecer uma relação entre essa

controversa temática e a questão não menos controvertida da consciência. Eis o começo de um novo problema a sugerir outras tantas questões. Afinal, o que é consciência? Como determiná-la? O que é consciência social?

Postas em perspectiva histórica, essas questões devem constituir os pilares fundamentais da próxima seção, uma vez que os aspectos que dizem respeito à consciência de classe tem implicações abrangentes, não somente no presente capítulo, mas no decurso de todo texto dissertativo.

## **1.2 A consciência de classe como parte do processo histórico**

*Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência (MARX/ENGELS).*

Em termos lukacsianos, a consciência é um aspecto da totalidade histórica e a sua ação transcorre no âmbito do processo histórico. Logo, ela não deve ser excluída dos “fatos históricos de grande importância”. Aqui, a questão que nos cativa não é tratar da ideia de consciência em geral, consciência individual (ou psicológica). Importa-nos examinar o problema da consciência de classe, em particular a que diz respeito a uma classe em especial: o proletariado.

De imediato, é preciso ser enfatizado o entendimento de que a submissão do proletariado ao processo de produção em si, o impede efetivamente de “criar” uma situação que pudesse ser classificada como de consciência de classe. Só quando o proletariado avança para além do processo de produção como um todo, por meio da luta e organização em torno dos seus interesses sejam eles imediatos e históricos, é que começam a se manifestar elementos que compõem uma situação ou forma social que mereceria ser nomeada como de consciência de classe. Eis o nosso ponto de partida.

A burguesia, de acordo com Lukács (2012), defronta-se a com uma situação trágica ante o fato de que a sua consciência de classe encontra-se em contraditoriedade dialética com o seu interesse de classe, ainda que isso não afete qualitativamente o conteúdo da sua dominação; ao contrário dos detentores do capital, o proletariado carece de ajustar as linhas de tensão entre os seus interesses e a sua consciência (de classe) se quer estabelecer a sua própria emancipação. Para o pensador húngaro, “os limites objetivos da produção capitalista tornam-se os limites da consciência de classe da burguesia” (2012:164), ao passo que a classe trabalhadora deve partir “dos dados da situação momentânea” com vistas a superar os limites impostos por esse modelo de

produção. Nesse raciocínio, “o proletário deve agir como proletário”. Note-se, desde logo, que, para alcançar os resultados que o conduza para além dos muros da exploração capitalista, a consciência de classe do proletariado, em última hipótese, estará sujeita ao devenir de um processo de maturação ideológica. Como corolário desse processo, temos que “A cisão mais impressionante e repleta de consequências na consciência de classe do proletariado se revela na separação violenta entre a luta econômica e a luta política” (LUKÁCS, 2012:175). A resultante “mais impressionante” dessa “separação violenta”, porém, é o momento em que o proletariado adquire conscientemente o sentido da sua situação histórica de classe. Definitivamente, é o que se poderia nomear de “consciência prática de classe”.

Os ideólogos capitalistas costumam ironizar essa compreensão, procurando estigmatizá-la como um piedoso desejo dos marxistas de que a classe operária termine por adotar o ponto de vista marxista. Esquecem esses senhores – em sua minuciosidade – que a luta de classes entre burgueses e proletários não é uma invenção de Marx ou do marxismo. Coube a estes o desafio de esboçar sumariamente esse quadro de luta histórico e as suas perspectivas no bojo de uma rica análise social que teve a proeza de desenhar o cenário dos principais embates que tem marcado a história humana já por mais de um século. Não se deve, portanto, tomar o tema da consciência de classe ao largo de tal historicidade.

Assim sendo:

... (A) consciência de classe não é a consciência psicológica de cada proletário ou a consciência psicológica de massa do seu conjunto, mas o sentido, que se tornou consciente, da situação histórica da classe (LUKÁCS, 2012:179).

Em outros termos: é a capacidade do proletariado de organizar-se como classe. Aceita essa perspectiva, não devemos tratá-la como “mera ficção”. Muito menos podemos vê-la como algo dado, fixo, resultado de um longo ciclo evolutivo. Nada está escrito em lugar algum que a sua trajetória obedeça a uma linha reta historicamente determinada. Não é essa a significação de consciência no sentido prático (social) que aqui lhe é conferida. Desde Marx, essa tem sido a compreensão marxista do tema em tela. Inclusive, o próprio Lukács (2012) assinala, no tocante a esse ponto, uma observação bastante ponderada, mas sem hesitações:

O caminho infinitamente penoso e cheio de revezes da revolução proletária, seu eterno retorno ao ponto de partida, sua autocrítica constante, da qual fala Marx na célebre passagem do Dezoito brumário, encontra sua explicação justamente na realidade dessa consciência.

Segundo o autor de História e consciência de classe, essa é “a lição pedagógica da história”. Para ele:

(O) proletariado não tem escolha. Ele tem de se tornar uma classe, como disse Marx, não somente “em relação ao capital”, mas “para si mesma”, isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa (LUKÁCS, 2012:184).

Numa primeira olhada, há de se entender que o operariado permanecerá no âmbito de uma “consciência burguesa” enquanto o seu horizonte ideológico não lhe permitir avançar para além do “nublado horizonte do capital”, recuperando a bela metáfora de Bensaid (1999). Para ser mais exato, enquanto a classe operária se conservar como classe apenas em sua relação bruta com o capital, ela não se tornará uma classe, dotada de uma consciência ativa. Neste sentido, estritíssimo, o que resta é “saber apenas quanto deve sofrer ainda, o proletariado, antes de alcançar a maturidade ideológica, o conhecimento correto de sua situação de classe, a consciência de classe” (LUKÁCS, 2012: 184). Fiéis a essa lógica, não deveríamos admitir que a consciência de classe do proletariado corresponde – da sua parte - a um conhecimento correto da própria situação? Não é isso que, grosso modo, o autor intitula de “consciência atribuída”?

Para além desses momentos destacados, torna-se mais relevante relacionar – e partindo daí, definir – a consciência de classe do proletariado “na maneira pela qual”, ele “se organiza como classe”. Tomando emprestada uma conceituação de Bukharin (1970), poder-se-ia dizer que a classe operária, grosso modo, se organiza em função de dois tipos de interesse: os provisórios, imediatos, e os duráveis, histórico-estratégicos. Os primeiros conduzem à convivência com a ordem do capital, buscando, todavia, enfrentar os seus efeitos mais nocivos e contrabalançar os seus diversos graus de exploração; já o segundo tipo de interesse aponta para além dos limites da ordem capitalista. Esses momentos não podem ser vistos como se estivessem separados por um

muro alto que, de modo inelutável e absoluto, aparta um momento do outro. De ordinário, no devenir histórico, esses tipos de interesse estabelecem entre si vínculos suficientemente admissíveis, até porque, muitas vezes, as linhas de fronteiras que os delimitam, em geral, são bastante porosas.

Gramsci (1987) alertava que “transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo” (p. 47). Como pode se fortalecer e se desenvolver a classe trabalhadora senão, através da sua experiência concreta, compreender a necessidade de se organizar como classe? A primeira vista, trata-se de lutar por interesses provisórios, mas, em seu devir histórico, não existe nenhuma “lei” que desautorize aos trabalhadores de travar a luta contra os senhores do capital em torno de um projeto mais estratégico. As experiências históricas de fins do século XIX, a Comuna de Paris, e do “breve século XX”, Revolução Russa, Revolução Chinesa, Revolução Cubana e demonstraram que as massas trabalhadoras da cidade e do campo, por intermédio das suas ações coletivas, podem atuar não apenas como protagonistas, mas apontar mais longe do lugar em que opera o capital. Estaria o século XXI imune a essas irradiações de classe?

Se em linguagem marxiana, a natureza humana do proletariado permanece em contradição viva com a sua situação de vida, decerto, o século XXI não estará incólume às irradiações de classe, em particular, dos eflúvios das ações proletárias. Mais do que antes parecem atuais as palavras de Marx em *A sagrada família*:

O proletariado executa a sentença que a propriedade privada pronunciou contra si mesma gerando o proletariado, do mesmo modo que ele executa a sentença que o trabalho assalariado pronuncia contra si mesmo gerando a riqueza do outro e sua própria miséria (2001:37).

É sobre essa base real e atuando sobre ela, em uma unidade dialética, que a consciência da classe operária se forja e é forjada, uma vez que essa consciência não só tem como referência uma situação objetiva que lhe incomoda e direciona, mas igualmente se mostra munida de uma autonomia relativa. Quando Rosa Luxemburgo colocava o problema da disjuntiva “socialismo ou barbárie”, implicitamente, estava sugerindo que a luta de classes e a consciência do proletariado transformada em organização para o combate não teriam inelutavelmente uma única possibilidade quanto aos seus resultados. Mas também aí estava implícito que somente a consciência de

classe proletária como consciência de classe necessária poderia apontar para além da ordem do capital. A sua derrota poderia ter como resultante a barbárie; barbárie vigorante nos dias de hoje, ainda que não devidamente sacramentada na forma de uma estrutura sistêmica institucionalmente organizada. Por enquanto ela parasita e viceja o organismo capitalista e nos inclina a indagar: até quando se contentará em ser apenas parte de uma totalidade que lhe é mais vasta em vez emergir como uma nova forma sistêmica hegemônica?

Nessa toada, a barbárie decorre não somente da degradação social do modo de produção especificamente capitalista, mas, ao mesmo tempo, da própria lentidão das forças históricas que operam em uma perspectiva abertamente socialista. Como podemos ver: a disjuntiva luxemburgueana não era um simples floreio metafórico, mas uma previsão histórica dotada de uma escala elevada de precisão.

Por isso, Marx não tratou como secundária a tarefa de elevar a consciência dos produtores de mais-valia a uma situação de “clareza completa” em relação à sua “missão histórica”. Missão, não no sentido religioso, mas historicamente, como a expressão acima a define em sua inteireza. Em seu sentido marxiano, a consciência de classe dos trabalhadores como comunidade articulada, nas palavras de Mészáros, tanto “pode ser colocada a serviço da vida alienada” como da “suplantação da alienação”. Em termos gerais, não seria exagero admitir que ela a consciência se encontra ante uma encruzilhada histórica e, nesse sentido, não há resultados a priori, e, sem dúvida, esse jogo não será um a um. Para os trabalhadores a consciência de classe é a consciência necessária capaz de perceber a sua tarefa histórica, mas são as classes em luta - classe, luta e consciência são/estão estruturalmente interconectadas - em última hipótese, as forças que irão definir o desenlace dessa guerra social.

De feito, os conflitos sociais que se avolumam e gravam no corpo as marcas dos processos históricos no capitalismo constituem arenas privilegiadas em que se dão os embates que, última instância, podem definir em que direção caminha presentemente a humanidade; não uma humanidade genérica e indefinida, mas rigorosamente estabelecida em agrupamentos vitalmente antagônicos. Nesses embates o reconhecimento do interesse de classe é sempre um fator decisivo antes do veredito da história. Desse modo, Mészáros (2008a) recorda que, para Marx, a consciência de classe é inseparável do interesse de classe, com base na posição social objetiva das diferentes classes na estrutura vigente da sociedade. Poder-se-ia crer que, nessas condições, os interesses de classe teriam como ser divididos em parciais, quando diz respeito a uma

luta limitada de uma categoria de trabalhadores ou quando se busca simplesmente “melhoria” sem o questionamento da dominação do capital; e históricos, quando move a classe trabalhadora como classe e, no limite, coloca em xeque o domínio estrutural traduzido no regime social capitalista. Em qualquer um dos casos, no entanto, “‘posição de classe’, ‘interesse de classe’, ‘capital’, ‘trabalho’, ‘antagonismo de classe’, ‘consciência de classe’ etc. são termos que não têm qualquer significado se tomados separadamente um do outro” (MÉSZÁROS, 2008a: 75).

Esses insights já nos permitem ratificar a hipótese levantada por Mészáros da existência de uma teoria das classes e da consciência de classe em Marx, ainda que este não tenha produzido qualquer obra cujo objeto primordial tenha sido a sistematização de tais marcos categoriais. As suas reflexões, bem como o aprofundamento de tal reflexividade por parte de autores marxistas diversos, em larga escala, engendraram uma rica e vasta teorização acerca das classes e da consciência de classe que fornece um firme suporte às análises sociais que se voltem a esses problemas tão caros à literatura marxista.

Dito isso, e ainda referente a essa discussão em torno do significado mais prático do que seja consciência e dos seus possíveis desdobramentos, parecem-nos lícito retomar ao tema retornando a Marx e Engels e a concepção materialista da história quase no seu alvorecer, nas páginas de a Ideologia alemã:

Esta concepção (materialista), diferentemente da idealista, não busca uma categoria em cada período, mas se mantém sempre sobre o terreno histórico real; não explica a prática partindo da ideia, mas explica as formações ideológicas sobre a base da prática material, através do que chega, conseqüentemente, também ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser destruídos por obra da crítica espiritual, mediante a redução à “autoconsciência” ou à transformação em “fantasmas”, “espectros”, “visões” etc., mas tão-somente podem ser dissolvidas com a derrocada prática das relações sociais reais, das quais emanam essas quimeras idealistas – de que a força propulsora da história, inclusive a da religião, da filosofia e a de toda a teoria, não é a crítica, mas sim a revolução (MARX; ENGELS, 2007:62).

Em termos conclusivos: é sobre o terreno histórico real e uma prática decidida sobre ele que se desenvolve a “força propulsora da história”. Em relação a isso, e até estendendo qualitativamente o entendimento a esse respeito, Lênin (1978) sustentou

que, no fundo, “o elemento espontâneo” não é mais do que a forma embrionária do consciente, ainda que, apoiando-se em Kaustky<sup>3</sup>, ele afirme também que a “consciência vem de fora”; quer dizer, de fora da luta puramente espontânea, do embate meramente econômico sindical. Compreende-se bem que o revolucionário russo se refere notadamente ao que, amiúde, era definido como “consciência social-democrata” (leia-se socialista), ou seja, a consciência política desenvolvida em todos os seus aspectos. Partindo desses pressupostos, e se desenvolvendo em perspectiva histórica, é que a consciência, na sociedade contemporânea, capitalista, se eleva ao patamar de uma consciência de classe, condição *sine qua non* para que se dê “a derrocada prática das relações sociais reais”. Nessa medida, é sugestivo assinalar a necessidade de, agora, adentrarmos o plano inclinado de outro tema correlato, o da ideologia, haja vista as imbricações entre o desenvolvimento da consciência e os elementos de cariz marcadamente ideológico.

### 1.3 O lugar da ideologia na luta de classes

*Engolimos de uma vez a mentira que nos adula e bebemos gota a gota a verdade que nos amarga (Diderot)*

Com frequência também se tem batido na tecla da falta de uma análise sistemática sobre ideologia na obra de Marx: Mas convém não exagerar, afinal um dos seus trabalhos mais populares é precisamente A ideologia alemã, texto escrito conjuntamente com F. Engels. Assado vivo a fogo lento, esse constructo vai aparecer sorrateiramente em outros textos. Num certo sentido, em uma questão em que os autores marxistas não adotam um ponto de vista comum, dir-se-ia que Marx e Engels sugeriram em diferentes estudos opiniões acerca do tema de maneiras não necessariamente coincidentes com as conclusões presentes em A ideologia. Inversamente, muitos dos postulados da obra (que quase se deteve no plano da “crítica roedora dos ratos”) foram sendo rerepresentados de modo significativamente modificado.

Dáí a pergunta: o que é colocado em xeque na obra antes citada não seria mais a ideologia alemã, ou a “filosofia alemã”, em particular, do que propriamente a ideologia em uma perspectiva mais ampliada? Em outras palavras: o que se estaria ali questionando não seria uma forma particular de angulação ideológica ainda que os autores falem também de uma “ideologia em geral”, qual seja: a de caráter idealista,

---

<sup>3</sup> LENIN, V. Que fazer? Lisboa: Editorial Avante, 1978.

preconizada pelos ideólogos alemães, antes do que um ataque frontal a todo e qualquer postulado ideológico?

Contrabalançando essa leitura, conforme referido anteriormente, Engels vai admitir a existência de três formas de luta: a econômica, a política e a teórica-ideológica. Em *Que fazer*, Lênin vai recuperar e ressaltar esse entendimento. Neste livro, o principal dirigente da revolução russa explana que diminuir o papel do elemento consciente histórico, teórico, ideológico teria o significado concreto de “fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários”. Em suas palavras, esse fato se devia a “simples razão de que a ideologia burguesa é muito mais antiga em sua origem do que a ideologia socialista” (1978:50). Interessa-nos aqui observar como Lênin faz um contraponto entre ideologia burguesa e ideologia socialista. Do exposto, teria a ideologia socialista o sentido de uma câmara obscura, uma miragem, uma fantasia?

Com isto, Engels e Lênin, mais do que o primeiro, definem a luta ideológica como um momento do processo histórico-político. Ou seja: a particular significação que o termo ideologia assume em *A ideologia alemã* não se repete em toda extensão dos trabalhos oriundos da pena de Marx, ou de Engels, e, principalmente, não é a compreensão emitida por Lênin. Mas um persistente mito de que a concepção marxiana e marxista do termo se restringe ao que ali se encontra delineado – ideologia simplesmente como distorção - permanece como uma sombra que bloqueia qualquer luz em relação a esse debate.

Ressalte-se que diversos autores marxistas desenvolveram um empreendimento reflexivo à volta do tema e ao longo do texto nos debruçaremos sobre alguns deles. Por exemplo, Eagleton (1997) chega a assinalar que é “possível definir a ideologia de seis maneiras diferentes”:

(1<sup>a</sup>) “como o processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social” (p. 38);

(2<sup>a</sup>) “diz respeito a ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo” (...) aproxima-se aqui da ideia de uma “visão de mundo” (p. 39).

(3<sup>a</sup>) como “promoção e legitimação dos interesses de tais grupos sociais em face de interesses opostos” (p. 39).

(4<sup>a</sup>) expressando a “promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém, às atividades de um poder social dominante” (p. 39).

(5<sup>a</sup>) “a ideologia significa as ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante sobretudo a distorção e a dissimulação” (p. 39).

(6<sup>a</sup>) finalmente, ideologia como “crenças falsas ou ilusórias, considerando-as, porém oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo” (p. 40).

Essas noções estão mais próximas daquilo que Marx e Engels formularam posteriormente ao que escreveram em *A ideologia (...)* e, especificamente, ao que apontou Lênin ao longo da sua extensa obra e não apenas em *O Que fazer*. No texto clássico dos criadores do marxismo, a ideologia é tomada em um aspecto particular e decisivo; em outros trabalhos, de caráter menos sistemático, a questão ressurge implicitamente como lacuna e explicitamente na condição de um enriquecimento do primeiro ângulo de visão. Em suma, a gramática da ideologia é ampliada. O que importa aqui propriamente não é denunciar como falsa a primeira percepção, mas entender qual era o objetivo traçado por Engels e Marx ao grafar essa categoria histórica como distorção e/ou consciência invertida da realidade. De feito, a metáfora da câmara obscura, em última análise, apontava para o não reconhecimento - por parte dos ideólogos alemães - do encadeamento entre as suas ideias e a base material. Era como se as suas ideias nascessem do nada ou, no limite, surgissem de um cérebro privilegiado sem qualquer vínculo com a realidade social. Sob essa perspectiva, era como se a consciência determinasse a existência social. Sem dúvida, Marx e Engels se digladiavam contra essa noção de pensamento puro, ideias e representações não condicionadas pelo processo de vida real. Num certo sentido, essa leitura não permanece absolutamente válida?

Os tempos transcorridos desde a produção de *A ideologia (...)* revelaram um incansável esforço visando desenvolver e afinar o conceito do momento ideológico em toda a sua riqueza e diversidade. Žižek (1996) ressalta três entendimentos particulares a respeito dessa controversa categoria teórico-histórica:

Primeiro, ele a apresenta como um “conjunto de ideias, crenças, conceitos e assim por diante, destinada a nos convencer de sua ‘veracidade’, mas, na verdade, servindo a algum interesse particular do poder” (ŽIZEK, 1996:15). Em segundo lugar, ele chama a atenção para certo modo de definir o fenômeno, relacionando-a com “práticas, rituais e instituições ideológicas”. Trata-se da ideologia em sua existência material. Em larga escala, a ideia de

“aparelhos ideológicos do Estado”, preconizada por Althusser, estaria contida nesse entendimento. Por fim, a ideologia entendida como uma “rede alusiva de pressupostos e atitudes implícitos, quase ‘espontâneos’, que formam um momento irreduzível da reprodução de práticas ‘não ideológicas’ (econômicas, legais, políticas, sexuais etc.)”. Segundo Žižek, a “noção marxista de ‘fetichismo da mercadoria’ é exemplar nesse contexto”. Nessa direção, “o que Marx frisa é que não há espírito sem fantasmas dos espíritos, não há espiritualidade ‘pura’ sem o espectro obscuro da ‘matéria espiritualizada’” (ŽIŽEK, 1996:25).

Ora, esses diferentes momentos não constituem um conjunto mais amplo a que poderíamos definir como ideologia, uma vez que eles, ainda que distintos, não se excluem e nem se apresentam de forma divorciada na “própria profundidade” da realidade?

Canary (2012) explica didaticamente que “a força das ideologias está justamente no fato de que os explorados defendem e reproduzem as ideias dos exploradores, achando que essas ideias são suas” (p. 70), mas, mais adiante, acrescenta um elemento que complexifica o entendimento da questão:

Mas se uma ideologia é uma determinada “visão de mundo”, um conjunto de ideias que serve a certos interesses, poderíamos então dizer que a classe trabalhadora tem uma ideologia? A resposta é categórica: sim!(CANARY, 2012:70).

Para Canary, tal como para Lênin, essa ideologia é o socialismo. Dito isso, é preciso encontrar uma saída para esse aparente labirinto.

O método com o qual operam Marx, Engels, Lênin, Žižek, Canary e outros não é precisamente tomar esse problema como não-divorciado da centralidade da luta de classes? Veja-se: os operários não são obrigados a lidar com elementos ideológicos presentes nas ideias que lhes são impingidas, de maneira quase espontânea, por instituições que aparecem magicamente pela lente opaca da neutralidade? O próprio Lênin não advertira para a força da ideologia dominante (burguesa) e para a necessidade de uma contraposição ideológica por parte dos revolucionários (ideologia socialista)? Não é isso que, ainda que de forma latente, ele quer dizer quando escreve que “os trabalhadores devem preparar-se ideológica, política e tecnicamente”? Não estaria aí a solução do enigma da superação da espontaneidade cuja localização no mapa da

ideologia estaria no campo ideológico da burguesa (e cujas repercussões na aparelhagem mental do operariado aparece como “falsa consciência”)?

Certamente, para um ideólogo burguês, assentado no poder da ideologia da classe a qual ele finge não representar, esse ponto de vista carece de sustentação, uma vez que a riqueza da vida não permitiria esse tipo de reducionismo. Mas a vida em sua riqueza não se encontra fundada na luta de classes? Sobre esse tema litigioso, eis como Lênin se posiciona: “o problema põe-se unicamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista” (1978:48/49).

Neste ponto, vale observar que a compreensão leninista parte provavelmente da ideia de que a ideologia burguesa constitui uma totalidade complexa (fortemente implantada) e para enfrentá-la o operariado carece de elevar o seu nível de consciência. Por que essa elevação só seria possível pela via da ideologia socialista? Porque talvez ele pensasse que para se travar o combate contra uma ideologia total - que abarca a realidade em sua globalidade - far-se-ia necessária uma contraface igualmente universal que não somente refutasse a sua oponente, mas apontasse para a superação da ordem social a qual aquela se encontra emaranhada e que tem, historicamente, procurado legitimá-la.

Zizek (1996) chamou a atenção para a força da ideologia, para que a mesma não fosse tomada como um simples epifenômeno, mera superfície reluzente, afirmando-a, freudianamente, como aquilo que é “mais profundo que a própria profundidade” e “mais real que a própria realidade” (p. 35). Pode parecer mero floreio retórico. Acontece que se o problema da ideologia não guardasse um nível de importância na tradição marxista, não teríamos como entender a percepção engelsiana (e leninista) de que o embate teórico-ideológico é uma das três formas de luta que devem ser conduzidas pelos revolucionários que pretendem levar a termo o sobrepujamento da ordem social capitalista. Seguramente, não existe afirmativa sem desdobramento. Nessa medida, o que se desdobra da assertiva logo acima? Como ela se alonga em outras questões? Como se recambia e se desenrola? Eis questões que, a partir de agora, merecem ser tomadas como prioritárias e estratégicas.

#### **1.4 A educação política como parte da argamassa ideológica do proletariado e da sua atividade revolucionária**

*“Expor aos oprimidos a verdade sobre a situação é abrir-lhes o caminho da revolução”.*  
(LEON TROTSKY)

Aqui, é preciso tomar o trabalho teórico não só em relação ao que já foi abordado, mas, antes de mais nada, por aquilo que ainda segue lacunar na apreciação em curso. Para Lênin (1978), havia a necessidade de se enfrentar a “fraseologia tradicional” e a “antiga concepção de mundo”, pertencentes à ideologia dominante: burguesa. Ao lado disso, para ele, seria igualmente necessário estudar o material teórico-ideológico em franca oposição ao contendor tradicional; material definitivamente corporificado na doutrina socialista. Em suas palavras, “tudo o que seja rebaixar a ideologia socialista, tudo o que seja afastar-se dela significa fortalecer a ideologia burguesa” (LÊNIN, 1978:49). Aí estaria o elemento consciente da transformação social, da “luta encarniçada sobre a espontaneidade”. Para assimilá-lo havia a imperiosidade de estudá-lo. Tratá-lo basicamente como objeto de uma apreciação rigorosa, científica.

Não por acaso, o autor do *Que fazer* (?) concluirá de modo peremptório, sem meias palavras: “Devemos empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência política” (LÊNIN, 1978:69). Ali, em uma das suas obras-chave, o autor ressalta a relevância da educação. Não a educação em geral, mas a EDUCAÇÃO POLÍTICA.

A forma que Lênin emprestou ao termo educação tem um sentido específico que exige um estudo particular e concreto. Trata-se da educação em um sentido vivificante, emancipador. Mézáros, decerto, falaria de uma educação para além do capital. Em sentido leninista, a questão está em integrar as massas trabalhadoras numa luta política ativa.

Gramsci talvez devesse se expressar em termos de educação como práxis. Mas esse entendimento já se encontrava, em germe, no pensamento de Lênin - que compreendia o processo educativo das massas em uma aprendizagem que, em última hipótese, teria como base os fatos e acontecimentos políticos concretos. Sob essa perspectiva, as denúncias (revelações) políticas cumpririam um papel de inevitável valor na processualidade por ele definida como educação política. Assim sendo, as “denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição

indispensável e fundamental para educar a atividade revolucionária das massas” (LÊNIN, 1978:82).

Em Lênin, não há exagero em se reconhecer – no marco da sua visão de mundo - a existência de uma educação para revolução: uma pedagogia revolucionária. Dessa maneira, as revelações políticas suficientemente amplas estariam a serviço de uma abordagem pedagógica caracteristicamente revolucionária cujo objetivo primordial estaria em “desenvolver a consciência política da classe operária” (LÊNIN, 1978:91). O ponto focal de tal estratégia educacional se vincularia à “necessidade premente que a classe operária tem de conhecimentos políticos e de educação política” (idem).

Aqui, se delineia com clareza uma percepção do conhecimento como conhecimento político e da educação como educação política. A classe operária tem a “necessidade premente” de adquirir conhecimento e educação como via indispensável para alcançar a sua real emancipação.

Em suma, o horizonte leninista é o da educação da atividade revolucionária. Dito isso, o dilema que se coloca é: a forma que emprestou Lênin à ideia de educação poderia ser considerada como um modo de encarar a questão ou, de fato, essa forma de trazer à tona o problema acarreta danos irreversíveis a uma “verdadeira” noção do processo educativo?

Pesquisando, mapeando e medindo o pensamento de um homem de ação como Lênin devemos sempre ter na lembrança que estamos frente a um intelectual e militante marxista. Com brevidade, mas prudência, não seria recomendável nos furtar de reter o essencial da apreensão marxista acerca do significado mais denso do que seja educação. Um esquadrinamento da questão talvez nos permita um acercamento de tal ideia. Por exemplo, Manacorda (2010) define a ideia de educação para o marxismo nos seguintes termos:

O marxismo não rejeita, mas assume todas as conquistas, ideias e práticas da burguesia no campo da instrução, já mencionadas: universidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural, assunção da temática do trabalho, como também a compreensão dos aspectos literário, intelectual, moral, físico, industrial e cívico. O que o marxismo acrescenta de próprio é, além de uma dura crítica à burguesia pela incapacidade de realizar estes seus programas, uma assunção mais radical e conseqüente destas premissas e uma concepção mais orgânica da união instrução-trabalho na perspectiva oweniana de uma formação de todos os homens (p. 357).

Buscar as coordenadas gerais do marxismo à volta do tema universal da educação sem não antes se ativer a esses elementos pode reduzir esse exame a um beco sem saída histórico. A tradição marxista, desde Marx, Engels e o manifesto comunista, tem se remetido às questões que, direta e indiretamente, estão colocadas e desenvolvidas na passagem extraída de Manacorda. Nessa mesma toada, Gramsci dedicou parte da sua obra à abordagem da temática educacional tomando por referência o princípio unitário que é sugerido na citação acima. Vygotsky referiu-se – mais de uma vez – aos limites da educação tradicional. Logo, o tema da educação geral, inclusive em sua tessitura formal, se fez objeto das preocupações marxistas. Acontece que a educação transbordou os seus centros de difusão tradicionais e estendeu a prática pedagógica para além dos intramuros das instituições escolares. Em Lênin é este o horizonte que se desenha em cores abundantemente vivas: um aprendizado para muitos. Tal fato, no entanto, se inscreve em um quadro mais amplo: o da escola da luta de classes em seu sentido mais vasto e complexo – como escola de formação política.

Entre o que em si é a educação (em seu sentido usual) e o que em si é a educação política em Lênin, de fato, é perceptível uma diferença irrecusavelmente qualitativa, em que a primeira é parcialmente rejeitada/assimilada para que a segunda contribua, em extensão e profundidade, com a formação de uma ampla consciência política entre as massas proletárias. Em suas muitas e intrincadas conexões, os diversos modos de encarar o processo educativo compõem a um sem número de vertentes pedagógicas que não acarreta danos irreversíveis ao processo educativo; inversamente, apenas indica o caráter multifário que lhe confere mais do que um banal sentido. Não obstante a sua forma particular de abordar o tema, a interpelação de Lênin é um recurso, um método e uma ordem de tratar a prática educacional. Ou seja: não a nega; dota-a de uma forma peculiar, conscientemente revolucionária.

Ora, Costa (2010) alerta que “a práxis educativa é ideológica” (p. 177). Sendo assim, a interpelação de Lênin, tanto quanto qualquer uma das que são vivenciadas no âmbito da formação escolar institucional; Mas, diferentemente da maioria absoluta delas, a do velho revolucionário russo é pautada pela forma revolucionária que, em última análise, define o seu conteúdo e coincide em toda a sua extensão com a ideologia socialista. Em suma, a educação leninista tem uma expressão inapelavelmente socialista.

À maneira de esclarecimento, é válido ressaltar que, em geral, as formas educativas tradicionais induzem os indivíduos a que “reajam no modo socialmente

desejado”, interiorizando “uma estrutura de valores que assegure nas diversas situações, o horizonte dentro do qual os homens definem seus próprios objetivos e fins específicos” (COSTA, 2010:184).

Esse não é um terreno plano, mas sim marcado pela aspereza, pela rugosidade. A educação formal tende a apresentar como seu um horizonte que não vai além do “círculo de ferro do capital”, como nos faz lembrar Frederico Costa. Inversamente, o horizonte histórico da práxis formativa, em Lênin, aponta para além do círculo de ferro acima citado. Vazado em molde diferente, repõe ao mundo uma prática educativa centrada não na política em geral, mas em uma política revolucionária. Não é um exercício para evocar o mundo, mas para transformá-lo. Sem se deixar levar pela corrente, a educação política leninista enfrenta à estratégia de reprodução da ordem do capital e lhe opõe como estratégia alternativa o embate pelo socialismo.

Como sinaliza o autor antes citado, o discurso dominante no espaço educacional “é revelador não só pelo que diz, mas principalmente pelo que não diz diante do conflito basilar entre capital e trabalho, o que evidencia que ele não aponta para além do capital, sendo, portanto, refém e cúmplice da decadência capitalista” (Costa, 2010:186).

Afastando-se da rota trilhada pelo espaço educacional formal, Lênin não só evidencia a constante do “conflito basilar entre capital e trabalho”, mas, se colocando no campo do trabalho, “aponta para além do capital” e da “decadência capitalista”. Eis o conteúdo mais profundo da educação política que se desprende das páginas do Que fazer (?).

Lembrando o que escreveu Nosella (2004), esse é um “robusto debate entre pensamentos fortes” (p. 21). Efetivamente, o círculo educativo formal é capaz de promover “conquistas teóricas parciais”, como reconhece Costa (2010), mas permanece refém dos limites impostos pela sociabilidade capitalista. É evidente que não se trata de uma reprodução caricatural ou de um assentimento pleno, mas de uma reprodução sutil, engenhosa, refinada e repleta de mediações. Mas os seus vários modelos têm se revelado incapazes de promoverem um enfoque e uma práxis que tenham o condão de propiciar um processo que vá além dos pedaços e prestações com os quais se debruçam ante a totalidade capitalista. Em Lênin, ao contrário, a educação política tem sempre em mente essa totalidade. Mais do que isso: aí não se trata de remir as perdas, mas de enfrentá-las e superá-las. Ou seja: é a educação política como estratégia.

Redutível a esse entendimento, a nosso ver, é a definição de Mészáros (2008b) em que o papel da educação é reproposto em estreito nexos com “o desenvolvimento tão

necessário da consciência socialista” ante o que o autor declara como “a grave crise estrutural da ordem sociometabólica do capital” (p. 120). Nesse escopo, “o papel da educação é crucial” e dentro dela a “educação socialista” tende a cumprir um “papel desmistificador” e de contraposição “à dominação global do capital”. Ainda quando não pareça, foi nessa direção que apontou Vladimir Ulianov Lênin quando escreveu as memoráveis páginas de *Que Fazer*. Há de se admitir, particularmente os contendores honestos, que poucas vezes a problematização de um determinado objeto se fez com tanto discernimento. Parodiando Eagleton (2012), não há como não dizer: Lênin estava certo.

## CAPÍTULO 2

### OS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA: LUTA SOCIAL, REORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL, CLASSE, VANGUARDA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE – UMA PANORÂMICA À LUZ DO MARXISMO

*“A vida era o vento querendo apagar uma lamparina. O caminhar das sombras de uma pessoa imóvel”  
(Guimarães Rosa)*

Durante quase meio século, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil - representante legalmente dos operários dos canteiros de obra de Fortaleza – veio caminhando, mas não como a sombra de uma pessoa e sim como a sombra de uma instituição, a quem sempre faltou vida, a quem sempre faltou vigor. Por tanto tempo, a coisa não poderia ter andado pior. Os trabalhadores faziam a comida num canto do muro, comiam no capacete e bebiam água não-potável. Quando, inesperadamente, pipocava um conflito, ele logo era contido dentro do mais estreito limite. Paradoxalmente, a entidade sindical, no entanto, seguia caminhando como a sombra de uma instituição imóvel.

Nesse sentido, a questão verdadeiramente importante a ser elucidada é como essa comédia de erros pode ser superada e a história operária pode produzir outra argamassa ideológica e reconfigurar uma consciência de classe que durante longos anos parecera o sol impossível de uma perdida noite de verão.

#### 2.1 O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza no contexto do ascenso e da reorganização sindical

*Eu preferiria que a minha faísca queimasse em uma chama brilhante do que ser reprimido pela podridão-seca  
(JACK LONDON)*

À primeira vista, parece não restar dúvida de que a vitória político-sindical de uma oposição classista determinou uma mudança de rumo na história do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza. Fundado em 1940 e reconhecido legalmente desde 1941, no auge do “Estado Novo” de inspiração getulista, somente em 1989, no marco da gestão vitoriosa no pleito sindical ocorrido meses antes, é que a entidade comandou a primeira greve geral da categoria.

Não que antes disso não houvesse ocorrido uma e outra escaramuça entre trabalhadores e patrões, fato objetivamente recorrente nas relações conflituosas entre capital e trabalho; mas, até então, não se dera nada assemelhado com os acontecimentos de 1989, quando pedreiros, serventes e demais segmentos destes trabalhadores, organizados pelo sindicato, paralisaram em massa os canteiros de obra, ganharam as ruas e se manifestaram amplamente em defesa das suas reivindicações mais imediatas.

Nesses termos, o ano em tela é um marco na história dessa categoria.

Ademais, o ano de 1989 constituiu um ano-chave para a classe trabalhadora brasileira. É o ano da greve geral de 48 horas que moveu 35 milhões de trabalhadores espalhados pelo país. Cumpre lembrar que aí se desenrolou um dos ascensos sindical e político dos mais poderosos da história do Brasil. Era o corolário de um processo que se descortinou em 1978 e que, decorrido pouco mais de um lustro, se expressou em vermelho vivo pelos espaços públicos de um país que se desacostumara de tais desenvolturas desde que a ditadura militar-empresarial fora implantada sob a égide do golpe de Estado de 1964.

Sobre esse contexto histórico citado, assim se pronunciou Sandoval (1994):

As ações grevistas que fecharam a década de 1970 não só marcaram o ressurgimento da classe trabalhadora como força política na sociedade brasileira, como também uma etapa decisiva na deterioração da legitimidade da ditadura militar (p. 157)

Mais adiante, o autor agrega a seguinte informação: “Depois do período de 1978 a 1980, tem havido um aumento significativo no nível da atividade grevista na sociedade brasileira (Sandoval, 1994:159). A invocação desse período é substancial para se recuperar a situação que marcou o longo decênio dos anos 1980. O ascenso político-sindical é o signo de uma etapa cuja escarpa mais elevada pode ser observada no derradeiro quartel da década antes mencionada. Nesse sentido:

(A) atividade grevista começa a subir por volta do final do último governo militar; conhece então seus aumentos mais expressivos no final do governo Sarney, quando ocorreram 3.164 em 1989, em comparação com 144 em 1980 (Sandoval, 1994:161).

Essa compreensão do processo ascensional das lutas dos trabalhadores é ratificada em outra obra de referência quanto à temática da organização e das lutas dos trabalhadores, no Brasil:

Após um primeiro ciclo de crescimento no número de greves, em 1978 e 1979, os primeiros anos da década de 1980 assistiram a uma contenção das ações grevistas. Tratava-se de uma conjuntura marcada pelo desemprego, pela crise econômica e com empresariado e governo já preparados para enfrentá-las, por meio do endurecimento nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos. A partir de 1983, entretanto, voltou a crescer a incidência de greves e os anos seguintes foram marcados por um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989, foram 12 anos de crescimento no número e volume das paralisações (Matos, 2009:120).

Sob essa ótica, há de se reconhecer que durante aproximadamente dez anos se deu no Brasil um ascenso sindical-político que, em ampla medição, desarmou a estrutura desenvolvida ao longo da ditadura empresarial-militar que atirara o país em uma longa zona de sombra. A propósito, as greves operárias de fins da década de 1970 potencializaram os embates contra o regime discricionário e descerraram um campo de possibilidade para a reabilitação das liberdades democráticas. Na mesma época, os sindicatos começaram a recuperar uma parte significativa da sua autonomia e voltaram a se constituir em ferramentas capitais para a classe trabalhadora. A tudo isso se somou um vigoroso movimento para substituir lideranças que, no intervalo de tempo em que a nação foi subtraída pelo autocratismo militar, não estiveram comprometidas com a defesa da independência das entidades sindicais e, muito menos, com as reivindicações mais caras aos trabalhadores situados na base.

Por tudo isso, deu-se, de feito, a rearticulação e reordenamento dos sindicatos à luz do agigantamento das lutas e da proliferação e avanço de oposições sindicais que apontavam para além do restrito horizonte legado pelo período histórico imediatamente precedente. Em outras palavras: esse foi o processo de reorganização do sindicalismo brasileiro que, em última análise, resultou da explosiva combinação de um dos maiores ascensos já constatado na história do movimento sindical do país e das vicissitudes de um poder ditatorial em declínio vertiginoso.

Esses aspectos se relacionam uns com os outros e estabelecem a paisagem social que serve de pano de fundo para emergência dos operários da construção civil de Fortaleza como atores de indiscutível relevância no tablado sócio-político da cidade de Fortaleza.

Assim sendo, é também a partir dessa ampla perspectiva que se pode entender como um pequeno agrupamento político de vanguarda veio a cumprir um papel decisivo na estruturação de uma oposição, mais vasta que as suas forças, que deu cabo da velha diretoria com os seus antigos métodos de colaboração de classe.

## **2.2. Classe, movimento e quadros: o lugar da vanguarda no processo de reorganização**

*Porque não basta intitular-se “vanguarda”, destacamento avançado: é preciso proceder de modo a que todos os outros destacamentos vejam e sejam obrigados a reconhecer que marchamos à cabeça (LÊNIN)*

Concluimos a seção anterior concedendo a senha que deve pautar a seção presente. Com efeito, o grupo que conseguiu aglutinar diferentes elementos de oposição foi o Coletivo Gregório Bezerra (CGB) que, desde janeiro de 1988, desenvolveu esforços rotundos com vistas a fortalecer essa alternativa aos situacionistas encastelados na entidade sindical. Esse foi o primeiro passo de uma caminhada. Entre ele e a primeira greve geral da categoria houve mediações muito importantes e muitas tarefas hercúleas tiveram que ser executadas, dentre elas a vitória oposicionista no pleito sindical, a posse da nova direção da entidade e a organização de um plano para retirar a categoria dos trilhos enferrujados de uma estratégia de colaboração de classes. Eis a âncora de uma história que ali começou e prosperou debaixo de um novo marco categorial: o classismo.

Sem forçar o contraste, estabeleceu-se aí um divisor de águas que, com justeza, deve ser resumido – em um sentido mais abrangente e prático – em dois pontos: a eleição de uma direção classista para comandar o sindicato e a realização de uma campanha salarial em novos moldes – apostando na ação direta e no confronto entre trabalho e capital. Esses dois pontos, por si, já contrastavam vivamente com o cenário que marcou a história da categoria e da sua entidade representativa ao longo de quase cinquenta anos. Com os seus significativos efeitos sobre os trabalhadores, tais mudanças representaram o marco zero de uma trajetória a exigir uma análise apurada que tenha o

condão de elidir questões que seguem como enigmas não resolvidos de uma história que reclama novos problemas, perquirições mais esmeradas e um corpo analítico teoricamente mais profícuo em suas conclusões.

Com efeito, não há da nossa parte a intenção de esgotar esse tema, que se não é insolúvel, é espaçoso o suficiente para exigir pesquisas capazes de dilatar as suas raízes, os seus aspectos pedagógicos, as suas dinâmicas e os seus significados mais decisivos. Aqui, o nosso intento é avançar mais alguns passos em uma caminhada que não começou conosco e, certamente, seguirá depois da consecução do presente trabalho.

Interessa-nos examinar o problema trazendo a lume observações, estudos e análises acerca das relações mais fecundas entre a luta social e as temáticas mais do que complexas da consciência de classe e da ideologia. Essa é uma questão que, decerto, provoca controvérsias, e não poderia ser de outra forma. Parece-nos frutífero nesse caminhar a eleição de uma clara perspectiva. Com isso em mente, antecipamos que inspiramo-nos em Marx e no instrumental marxista com a inabalável convicção de que, no plano teórico, assim como na vida, é necessário estabelecer escolhas e definir diretrizes. De forma resumida, é assim que as questões serão aqui abordadas, ainda que estejamos cientes de que se trata de uma discussão longa e complexa e sobre a qual não nos cabe aqui imaginar que já tenhamos em mãos todas as respostas.

Efetivamente, temos algumas hipóteses e com elas constituiremos o nosso ponto de largada: Quais os limites e o alcance de um processo de intervenção política de um pequeno núcleo de militantes sobre uma categoria de milhares de trabalhadores? Até que ponto não havia elementos de descontentamento e auto-organização que contribuíram para o triunfo da oposição e da mudança de rota no trajeto de um estrato importante do operariado de Fortaleza? Até onde a independência classista pode ser entendida como um novo momento da consciência operária e uma forma ideológica imediatamente superior ao quadro mental até então prevalecente?

Já destacamos a importância da nova situação política experimentada pelo país. O fim do regime militar-empresarial e a reconquista das liberdades democráticas foram o resultado de um complexo processo em que a classe operária cumpriu um papel de inigualável relevância. Num certo sentido, o ascenso sindical era parte de um conjunto mais dilatado de elementos e não se encontrava separado de um rico instante de politização e questionamento por parte da sociedade brasileira.

Como já sugerido noutra parte do texto, um dos traços mais marcantes da situação em tela foi o reordenamento do sindicalismo brasileiro. As velhas lideranças –

profundamente integradas ao velho sindicalismo de Estado - eram profundamente contestadas. O resultado disso é que diversos líderes sindicais, representantes de uma concepção burocrática e colaboracionista, foram varridos das entidades por novas lideranças que abriram novos horizontes para a luta sindical no Brasil.

O que se pode dizer é que a vitória da oposição sindical na construção civil de Fortaleza se deveu – em larga medida – à vivificação das lutas e das formas organizativas dos trabalhadores, processo esse que vinha se registrando desde os fins dos anos 1970.

A lição incutida pela análise dos fatos é de que as mudanças que se operaram nos limites de uma categoria operária determinada não era um raio no céu azul. Evidentemente, essa experiência tem a sua peculiaridade e esta será aqui examinada, mas é difícil não conectar o seu devenir com o revigoramento das lutas operárias e da sua reorganização em um nível mais geral. A escola da luta de classes tende a desencadear tormentas cujas repercussões ideológicas e demais reverberações na aparelhagem mental são um convite à reflexão.

Sob diversos aspectos, essa é uma discussão pedagógica no que diz respeito aos processos de formação da consciência operária. Em última análise, os operários aprendem fundamentalmente com a sua experiência, ainda que ação e consciência não andem no mesmo ritmo. Há vasos comunicantes entre ação e consciência, mas sempre em uma perspectiva dialética e nunca mecanicamente. Em última análise, são momentos distintos, ainda que de um único processo. Entendê-los implica em adotar uma série de estratégias com vista a alcançá-los e, só então, dissecá-los.

Em princípio, levantamos três questões: os limites e o alcance de um processo de intervenção política de um pequeno núcleo de militantes sobre uma categoria de milhares de trabalhadores; os elementos de descontentamento e auto-organização que, ao primeiro olhar, contribuíram para o triunfo da oposição e a mudança de rota no trajeto de um estrato importante do operariado de Fortaleza; e até onde a independência classista pode ser entendida como um novo momento da consciência operária e uma forma ideológica imediatamente superior à aparelhagem mental até então preponderante. Vejamos como tratar cada uma delas.

Lênin (1977) observava que a consciência socialista, e não a consciência em geral, vinha “de fora” do movimento operário, ou seja, “de fora” da luta puramente econômica levada a cabo, quase naturalmente, pelos diferentes estratos da classe trabalhadora. Lênin, contudo, ao longo da vida, definiu o seu partido como uma fusão

entre o socialismo e as massas trabalhadoras. Conseqüentemente, o líder bolchevique respeitava não só os aspectos subjetivos (a consciência, o programa e a estratégia do socialismo), mas o sujeito social desse processo (o proletariado). Admitimos esse entendimento para engrandecer não apenas o papel cumprido pelos destacamentos mais avançados da classe operária, mas para concordar com o enaltecimento da classe tomada em sua coletividade historicamente construída.

Há uma premissa que julgamos decisiva: por mais coesa que seja uma classe, ela nunca é completamente homogênea. Ela não avança e nem recua ao mesmo tempo. O seu aprendizado como coletividade historicamente construída, amiúde, acontece com expressivos níveis de desigualdade. Por isso, surge em seu interior, a cada momento histórico, fenômenos em que estratos da sua totalidade se lançam a frente, destacam-se, atuam como a sua parcela mais adiantada. Moreno (2008) tratou a vanguarda como um fenômeno concreto e não como uma força estranha (e universal) que é imposta, de fora para dentro, aos trabalhadores e as suas lutas; inversamente, são as lutas de classes como um todo, desde as suas formas mais elementares às suas formas mais elevadas e complexas, que funciona como um motor que lança ao mundo - criando-o e afirmando-o - o fenômeno da vanguarda.

Uma parte dessa vanguarda ata os fios da sua experiência de classe com os aspectos mais estratégicos suscitados pela luta de classes, nomeadamente com o tema da organização política em um sentido mais amplo. Longe de ser típica, essa atitude – em condições normais de pressão e temperatura – se circunscreve a um excerto da classe tomada em seu conjunto.

Em 1988, o Coletivo Gregório Bezerra (CGB) conseguiu estabelecer um diálogo com uma parte dessa da vanguarda e desse encontro se produziram as condições que geraram a chapa de oposição e abriram as comportas para a edificação de um novo cenário social e político entre os trabalhadores. Quer dizer: da simbiose entre o Coletivo e uma parcela da vanguarda que surgiu entre os trabalhadores brotou o material humano que levou a cabo uma transição fundamental entre os operários da construção civil de Fortaleza. Essa transição esteve na base de uma processualidade histórica que se traduziu no terreno da consciência coletiva do operariado e na afirmação de uma nova âncora ideológica.

O surgimento do fenômeno de uma vanguarda entre os operários da construção civil pode ser explicado a partir de um elenco de fatores: a ofensiva patronal-governamental contra as condições de vida dos trabalhadores, expressa em diversos

planos econômicos, a conjuntura de ascenso político-sindical, as situações agudas e crônicas de insatisfação entre os trabalhadores da construção civil, derivadas da inércia dos líderes sindicais e dos seus tribofes com os empreiteiros e a eclosão de pequenas escaramuças nos canteiros de obra. Esses fatores, combinados certamente com outros elementos peculiares a determinadas estruturas de trabalho, estão na raiz da emergência de um destacamento avançado entre os operários.

O mérito do CGB foi ter localizado o fenômeno, procurando se situar por dentro e não por fora dele, dialogando com as suas franjas mais dinâmicas e projetando um sistema tático para desenvolver todo potencial de forma concentrada e estratégica. Dessa maneira, um pequeno agrupamento político de esquerda cumpriu um papel relevante no processo de fazer com que o setor do operariado da construção civil de Fortaleza pudesse empalmar com os elementos mais ativos de uma situação histórica trespassada pelo signo das lutas sindicais, estudantis e populares. Para tanto, esse grupo entabulou acordos com ativistas que vinham de uma militância em grupos da igreja católica e se apoiou na Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja trajetória ofensiva, naquele momento, era um dos signos mais veementes da conjuntura política. De feito, o COLETIVO não se agarrou na contracorrente da história, mas no fluxo mais vigoroso das lutas sociais em curso. Essa postura lhe reservou um lugar essencial em todo esse processo.

Hobsbawm (2000) tendeu a separar “a história das próprias classes trabalhadoras” da história dos seus líderes, das suas organizações, ideologias, movimentos. Ora, mas os “mundos do trabalho” podem ser entendidos pela via de um divórcio entre esses diferentes momentos que, em última análise, são momentos de um conjunto mais amplo e complexo? Evidentemente, que, em princípio, “a história das próprias classes trabalhadoras” não pode ser confundida com a das suas lideranças, dos partidos operários e das suas lutas e ideologias. Por exemplo: a história dos operários da construção civil de Fortaleza não pode ser enleada com a do Coletivo Gregório Bezerra. Aconteceu que, em um dado instante, essas histórias se emaranharam de tal modo que é impossível falar de uma sem se referir a outra. Esse exemplo, contudo, não é um fato isolado. No curso da história, muitos casos foram registrados e é uma ilusão imaginar classes trabalhadoras quimicamente puras cujas trajetórias passem ao largo das organizações, movimentos e ideologias.

Sob essa perspectiva, diferentemente do entendimento do historiador de Alexandria, imaginamos que seja possível vislumbrar o que pensam os militantes

operários e o que pensam as bases e os simpatizantes que constituem o grosso da classe operária e moldar um relato e uma análise capazes de ir além de uma simples visão panorâmica.

Aliás, é interessante recordar que a preocupação com o estudo sobre o partido e o movimento não dilui ou inutiliza a preocupação com o estudo da classe. Sabe-se, com efeito, que a trajetória da classe operária e da esquerda não é o mesmo que os trajetos de dois paralelos que se espalharam sem nunca conseguirem se tocar. Inversamente, são duas linhas que, ao longo do tempo histórico dos últimos dois séculos, se moveram em espiral e se puseram em contato, ainda que devessem (e devam) ser considerados naquilo que é próprio a cada uma delas.

Por isso, nos parece lícito admitir as contiguidades existentes entre organizações, movimentos e classe. Um exame detido da realidade é o que nos permite uma afirmativa tão peremptória. Reduzida essa hipótese ao caso em questão, tal legitimidade adquire ares de muito maior pertinência. É difícil contestar o papel cumprido pelo Coletivo Gregório Bezerra na reorganização sindical dos operários da construção civil e, em particular, na mudança de mentalidade que principiou a ocorrer em fins dos anos 1980, antes das transformações e posterior desaparecimento desse agrupamento político. Foram quadros políticos do Coletivo os que estiveram na linha de frente de um movimento que organizou uma oposição sindical e, vencido o pleito, redefiniu o perfil ideológico que passou a identificar a entidade dos trabalhadores da construção civil.

Sob diversos aspectos, a categoria mudou radicalmente a sua relação com os patrões, com os poderes instituídos e com os demais segmentos da classe trabalhadora. Em outras palavras: os trabalhadores da construção civil alteraram o seu lugar na cidade de Fortaleza, bem como modificaram essencialmente a natureza da sua atividade. Ainda que essas mudanças substanciais não tenham se processado automaticamente e num breve lapso de tempo, a sua senha se originou precisamente no período que nos tem servido de referência analítica.

E diga-se desde logo: ainda que seja considerável o trabalho do Coletivo Gregório Bezerra, há de se recordar os limites da sua coluna de quadros (bem como da sua juventude excessiva e da extração marcadamente pequeno-burguesa dos seus membros), além dos problemas de definição político-ideológica com os quais o grupo se deparava. Certamente, cumpriu uma tarefa em que teve a capacidade de tornar menos vivos os seus próprios erros e limites. Em outros termos: conseguiu que se sobrepusesse as suas limitações e atuou vigorosamente sobre a consciência de milhares de

trabalhadores e descortinou novíssimos cenários para uma categoria que, nos decênios seguintes, se tornaria um referencial emblemático para outros tantos estratos da classe trabalhadora.

Eis uma parte dessa história. Era não teria sido possível sem a insubordinação espontânea das massas operárias que, naqueles anos, começava a grassar “no escondidinho<sup>4</sup>” dos canteiros de obra. É instrutivo comparar essa explosão quase silenciosa do operariado com o som agudo das palavras de ordem que vinha do exterior do chão da obra e aí dentro reverberava. É dessa explosão que trataremos agora. Sem ela não seria possível se pensar em uma independência classista, a não ser como uma abstração livresca e não como uma ideologia em condições de adquirir algum grau de corporeidade. Eis, de corpo inteiro, a nossa segunda hipótese.

### **2.3. Os operários da construção civil: explosão social e independência de classe**

*Mas não estamos perdidos, e venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender (ROSA LUXERBURGO)*

Em sua versão mais generalizada, dir-se-ia que as greves operárias de 1978 mudaram a correlação de forças (SANTOS; NETO: 2013). Nesse processo, as comissões de fábricas cumpriram tarefas fundamentais, tanto no plano organizativo como em termos de mobilização “por baixo”. Progressivamente, essa força subterrânea foi alcançando a superfície e se manifestou na tomada de vários sindicatos por oposições classistas e no surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os que enxergam a CUT por suas antinomias do presente não devem esquecer as suas glórias pretéritas. Há um estudo recente que nos chama atenção para esse componente da história das organizações dos trabalhadores. A Central Única dos Trabalhadores foi, durante anos, uma tremenda ferramenta de luta dos trabalhadores. Durante 13 anos, a CUT esteve à frente de seis greves gerais. Foram quatro nos anos 1980 e mais duas nos anos 1990. Nos anos 80, ocorreram greves gerais em julho de 1983, dezembro de 1986, agosto de 1987 e março de 1989. Nos anos 90 foram mais duas greves gerais, em maio de 1991 e junho de 1996 (Santos; Neto: 2013).

Esse resumo sugere aos que possuem pouca leitura sobre a história do movimento operário brasileiro, não apenas a força, mas o compromisso ideologicamente de classe que marcou boa parte da travessia histórica da Central Única dos

---

<sup>4</sup> Escondidos, dentro dos canteiros; em segredo.

Trabalhadores. Diga-se, a priori, que os momentos decisivos da transição que se operou no setor da construção civil, em Fortaleza, estão devidamente inseridos no intervalo de tempo entre as greves gerais de 1987 e 1989. A questão é saber até que ponto esses processos reconhecidamente mais abrangentes estabeleceram comunicação com as experiências que se desenvolviam entre os trabalhadores de base da construção civil.

Concordamos com Santos e Neto quando afirmam que a “CUT foi muito importante como depositária de uma política de independência de classe” (2013:91). Essa, todavia, é uma face da medalha. O seu corolário se desenvolveu entre os operários da base, alquebrados e furiosos ante as questões crônicas e agudas que os espetavam como alfinetes gigantes. Essa combinação era mais que um mero coadjuvante para a emergência do operariado como sujeito do seu destino.

Para entender mais precisamente o estado de ânimo do operariado em seus locais de trabalho, não deixa de ser determinante observar a conduta servil e de colaboração da entidade sindical que, em tese, deveria representá-lo. A configuração do sindicato durante a década de 1970 e 1980 é de uma entidade colaboradora com o poder constituído. O STICCF completamente deslocado dos problemas que os trabalhadores enfrentavam no dia a dia dos canteiros de obra, não despertava naqueles operários o real interesse por uma entidade da qual eles poucos compreendiam a função. Os que procuravam a sede do sindicato na expectativa de encontrar um lugar onde suas queixas fossem ouvidas, em regra, ficavam decepcionados. Se a queixa fosse contundente, o dono da empresa era imediatamente informado, antes mesmo do retorno do trabalhador ao canteiro; o fato contava com a presteza dos diretores sindicais (MENDES; 1994; 171).

Em sua acepção objetiva, os operários da construção civil de Fortaleza era um fato irrecusável. Mas, e subjetivamente?

Didaticamente, comecemos pelo aspecto objetivo. Havia uma ampla camada de trabalhadores que vendia a sua força de trabalho ao capitalista; conseqüentemente pertencia aos “mundos do trabalho” e, objetivamente, ocupava uma posição antagônica em relação aos donos do capital. Sem temer cair em inexatidão teórica, era parte da classe trabalhadora que, naquele átimo de tempo, lutava contra empresários e governos. Cabe dentro desta caracterização se enfatizar que as condições de vida e de trabalho criavam o alicerce necessário para que pudessem esses trabalhadores se enxergar como uma comunidade. A questão de fundo é: se enxergavam?

Parafraseando Marx (1977) e a sua compreensão conceitual do campesinato francês à época da “paródia de restauração do império”, dir-se-ia que o operariado da construção civil de Fortaleza constituía uma imensa massa, cujos membros viviam em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Nessa direção, não opunha a sua cultura e os seus interesses de classe sequer em relação aos próprios padrões setoriais. Um modo de vida comum não conseguia gerar claros interesses comuns que pudessem servir de um patamar inicial a partir do qual pudesse definir o seu lugar na sociedade de classes.

Textualmente, a viragem que se processou nessa realidade teve o seu prelúdio nos acontecimentos de fins dos anos 1980. Mas não devemos descurar do que se passava entre os “operários de base” e os “simpatizantes”. Uma explicação de classe não pode desprezar uma base de classe. As circunstâncias objetivas de uma situação, aos se combinarem com o peso de uma questão que lhe era anterior, provocaram com frequência novos planos e disposições no âmbito dos canteiros de obra. Deu-se um desses momentos em que o crônico se cruza com o agudo e a resultante é uma paisagem virtualmente imprevista. Uma vez que sabemos que os trabalhadores começaram a se insurgir com maior assiduidade, não seria exorbitância sugerir que formas de auto-organização debutaram entre os que antes pareciam condenados a aceitar a exploração como um mandato divino.

Devem ser postos em relevo que os primeiros sinais dessa efervescência foram captados pelos dirigentes sindicais colaboracionistas. Não por acaso, um dos principais líderes do processo de auto-organização do operariado – Raimundo Pereira – chegou a ser procurado para compor a chapa situacionista para eleição sindical de fins de 1988. O sismógrafo da burocracia alojada no sindicato havia captado os primeiros tremores que vinham do mais profundo dos canteiros de obra.

Assim, não parece haver lugar a dúvida: do solo histórico dos canteiros de obra vinha uma exigência que se coadunava com o contexto histórico-político de um país que, de repente, se reparou entre duas notas: a que fora tocada – a da greve geral de 1987 - e a nova nota que se avizinhava: a da greve geral de 1989. Dar-se-ia, então, o encontro entre o desenvolvimento histórico objetivo – que, dentre outras coisas, abarcava um processo de intensificação e alargamento das lutas de massa - e as primeiras formas de objetivação por parte do operariado da construção civil de Fortaleza. Na sequencia imediata, surgiu a chapa de oposição, deu-se o pleito e uma nova direção – alicerçada no classismo ideológico – inaugurou não somente uma nova etapa na história da

categoria, mas, de algum modo, redefiniu o novo lugar dos operários da construção civil na paisagem urbana da capital cearense.

Para nos situarmos rigorosamente face ao problema, do exposto segue-se que tais mudanças só se tornaram factíveis porque já se registravam elementos de auto-organização proletária nos locais de trabalho, demonstrando que os “trabalhadores de base” e os “simpatizantes” não são simples reprodutores de uma cultura que lhe é estranha; diferentemente, são capazes de contribuir decisivamente na elaboração dessa cultura e, portanto, no caso em exame, cumpriram um papel ativo nos acontecimentos; ocorrências essas que têm servido de arrimo às presentes análises. Aqui, de fato, começaram a se vislumbrar como comunidade e passaram a estabelecer – entre si - relações multiformes. Em uma perspectiva mais abrangente, o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura propagar-se-iam nos anos subsequentes pelas artérias da segunda maior cidade do nordeste. Essa é a nossa segunda questão ou hipótese.

Precisamos agora entrar na terceira e decisiva questão: até onde a independência classista pode ser entendida como um novo momento da consciência operária e uma forma ideológica imediatamente superior à aparelhagem mental até então preponderante? É justamente aqui que começa o problema. Colocar a questão teoricamente, em última hipótese, significa se debruçar sobre esse tema. Salvo isso, seria o mesmo que trabalhar com um critério absolutamente impróprio. Esta é a convicção.

## **2.4 Classes, movimento e consciência**

*Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais (Karl Marx).*

De imediato, é difícil contestar quando Hobsbawm (2000) ratifica a tese de que o proletariado industrial é uma classe com “classidade” extremamente alta. Mas, ao tempo, damos-lhes igualmente razão quando ele observa as complexidades e estratificações sociais inerentes a qualquer agrupamento de classe. Esse entendimento auxilia na elucidação dos fenômenos que correspondem a uma das etapas mais ascensionais no tocante às ações de massas na história do Brasil, período que vai de 1978 a 1989. Admitido isso, é lícito assinalar que uma das estratificações operárias – no caso, os metalúrgicos – esteve na vanguarda das lutas sociais que sacudiram o país naqueles anos, sem que isso implique em uma formulação puramente retrospectiva.

Paralelamente, no entanto, os operários da construção civil permaneceram - por um razoável intervalo de tempo - ausente das principais refregas das primeiras conjunturas que marcaram essa etapa da luta de classes. Decerto, os trabalhadores do setor demonstraram inequívoca capacidade de tomar a realidade em uma ótica notoriamente pedagógica. Dito isso, parecem-nos relevante retomar a linha de interpretação de Hobsbawm acerca dos operários e da leitura que estes conseguem fazer da sua experiência prática:

Mas mesmo sua ação coletiva requer estrutura e lideranças para que sejam eficazes. Sem uma organização formal para a ação, exceto sob certas circunstâncias no próprio local de trabalho, é improvável que sejam eficazes; sem alguém que seja capaz de exercer hegemonia (para usarmos a expressão de Gramsci), irão permanecer tão subalternos como a plebe do passado pré-industrial (HOBBSAWM, 2000:45).

Assim sendo, os trabalhadores encontraram esses elementos de hegemonia, pelo menos inicialmente, nos ativistas de vanguarda que começaram a ser forjados em certos canteiros de obra, no sindicato depois da vitória da oposição e em agrupamentos políticos como o Coletivo Gregório Bezerra e a Pastoral Operária. Num sentido mais amplo, a Central Única dos Trabalhadores cumpriu um papel essencial no tocante à construção de estruturas e referenciais hegemônicos. Efetivamente, também se constituiu em uma dessas organizações formais imprescindíveis para que as ações do operariado pudessem adquirir maior visibilidade e eficácia.

É assim que as inter-relações locais dos operários da construção civil vão se transformando em processos mais vastos em que eles, primeiramente, se enxergam como parte de uma mesma categoria e, progressivamente, como cota-parte de uma classe: a dos trabalhadores. Nesse ínterim, a componente ideológica do classismo entranhou-se nessa camada do proletariado e essa foi se percebendo não mais como a plebe do pré-capitalismo, mas como uma fração do trabalho em luta contra o capital.

Somente com esse entendimento mais amplo será possível entender como um núcleo inicial é ampliado, constituindo uma chapa competitiva e enfrentando os casuísmos da diretoria, e, sem maiores embaraços, vem a vencer de modo categórico a eleição sindical de novembro de 1988. Não era apenas um grupo que se sentia preparado para mudar a ideologia que orientava a ação sindical da entidade; era a

consciência do operariado que já não se encontrava no lugar de antes. Era uma consciência em transição. Com efeito, ação e consciência se aproximaram de maneira quase irrecusável. Então, uma nova hegemonia – assentada na âncora ideológica da independência de classe - se afirmou.

A campanha salarial de 1989 veio a ser organizada sobre o amparo de uma nova concepção cujo lastro era a luta irrefutável entre trabalho e capital. A intensa divulgação da campanha salarial foi dirigida na perspectiva de redundar na primeira greve da categoria. Em assembleia dos trabalhadores, realizada em março de 1989, ficou definido que a categoria participaria da greve geral contra o “Plano Verão” do governo Sarney, marcada para 14 e 15 de março de 1989 e dirigida pela CUT, CGT e CSC . Embalados pela greve geral de várias categorias, os trabalhadores da construção civil participaram efetivamente do movimento nacional e foram além: continuaram o movimento grevista específico por mais seis dias.

Não nos interessa descrever e apreciar cada uma das grandes greves que marcaram a história dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. É suficiente frisar que a ferramenta da greve se tornou parte da cultura de uma categoria que passou a acreditar em suas próprias forças. O fato de a categoria ter se incorporado à greve geral de março de 1989 era um sintoma de que os seus membros começaram a se sentir como parte intrínseca da classe trabalhadora. Doutro lado, a decisão de seguir com os braços parados, por mais seis dias, revelou que esses trabalhadores já tinham o sentimento de que era necessário fazer a luta e, mais do que isso, com indiscutível eficácia.

De feito, os operários da construção civil estavam imersos no mundo e a consciência com que, então, despontavam no horizonte não era obra do acaso, mas era a obra de toda a história anterior, da sua atividade e da sua progressiva inserção na luta de classes em suas múltiplas variantes. É aí que Marx (2011) vislumbrou o que, com muita felicidade, definiu como a “extensa riqueza da atividade humana”. É esse processo que esclarece o fluxo da consciência, que não é algo dado, mas historicamente construído tendo por parâmetro a atividade humana.

Em tais circunstâncias, ainda que em graus não absolutos, os trabalhadores não mais aceitam que os seus desejos sejam os desejos de outros e que a sua consciência esteja na posse de outros. A luta de classes – em toda sua riqueza pedagógica - tem a virtude de acender clarões e indicar pistas cujos resultados nem sempre são previsíveis. No caso do operariado da construção civil, esses clarões permitiram uma experiência

decisiva e categórica com as velhas cantilenas ideológicas, cristalizadas no discurso da conciliação de classes; contrariamente, se afirmou uma ideologia em que a independência de classe, ainda que, muitas vezes, em suas configurações mais elementares, se fez em bandeira nas mãos calosas das “figuras (mais) maltratadas pelo trabalho” (MARX: 2011).

Com efeito, essa rica experiência humana não deixa de ratificar uma célebre reflexão marxista que diz que “fica claro que os indivíduos se fazem uns aos outros, tanto física como espiritualmente, contudo não fazem a si mesmos” (MARX; ENGELS, 2007:61). Essa compreensão é mais nítida ainda no que concerne aos proletários. Somente a experiência coletiva e a organização igualmente coletiva lhes permitem um entendimento superior em relação às suas condições de vida e sobre a necessidade de transformá-las.

Como força de trabalho regular, o operário assiste a sua própria desrealização humana; na razão oposta, como operário organizado coletivamente, ele se realiza no enfrentamento ao capital. Tal realização só é possível por meio da ação coletiva. Não se trata de um processo automático e inevitável. No caso dos operários da construção civil, uma combinação especial de fatores – externos e internos à categoria – permitiu que os trabalhadores pudessem expressar não só um novo entendimento ideológico, mas uma nova forma de consciência social. Essa nova configuração esteve na base das múltiplas transformações vivenciadas pela categoria nos anos e decênios que se seguiram aos acontecimentos aqui relatados e teoricamente examinados.

Consentâneo com o que preconizou Hobsbawm (2000), a classe operária não pode fazer as coisas acontecerem, exceto coletivamente. Nesse sentido, a sua experiência de trabalho demonstra todos os dias que eles devem agir coletivamente ou não agir de forma alguma (p. 45). Esse é um traço que caracterizou profundamente essa inflexão na consciência dos operários da construção civil de Fortaleza. As lutas que levaram a cabo nos primeiros anos da tomada do sindicato lhes ensinaram a agir coletivamente. Esses componentes e esses aprendizados permaneceram muito vivos na consciência desses trabalhadores. Qualquer mínimo trabalho empírico pode autenticar essa afirmativa elementar.

De fato, o proletariado se mostrou ser bem mais do que o simples coração do processo emancipatório. A sua aparelhagem mental se mostrou muitíssimo habilitada para refletir sobre a luta de classes e a sua aparente indizível pedagogia. Se Marx (2010) mostrou-se ainda refém da filosofia alemã quando empregou a metáfora do “coração”,

revelou toda a sua genialidade ao referenciar a classe operária e a temática da emancipação humana em nome de três condições: a sua situação imediata, sua necessidade material e seus próprios grilhões. Examinando os nossos protagonistas, certamente verificaremos a presença desses três elementos que, ao se combinarem com uma conjuntura ascensional de luta em todo país, os fizeram emergir como força social e material; e sob o signo de uma ideologia, a independência de classe, que lhe era até então ignota e de uma nova expressão da consciência (classista), descortinaram para si outros campos de possibilidades. De agora em diante, é disso que projetamos tratar.

As experiências desenvolvidas pelos trabalhadores da construção civil levaram a que esses passassem a ter consciência de si próprios e essa percepção se revelou crucial no processo de transformação vivido pela categoria. Em tais momentos, a classe trabalhadora tende a superar as suas próprias limitações históricas. Sabe-se, por outro lado, o quanto é incomparavelmente difícil examinar e entender a significação mais densa do fenômeno da produção da consciência. Sabemos, no entanto, que a produção da consciência não se faz no abstrato, mas no complexo campo da história e, desde que Marx e Engels escreveram o Manifesto Comunista, ela deve ser tratada, não mais, não menos, como a história da luta de classes. Em última hipótese, é a luta de classes - essa senhora tão pouco simpática - que guarda em seu precioso cofre os “segredos internos” da consciência.

Para um marxista, efetivamente, a base real da consciência não é exterior à processualidade histórica; inversamente, a história é a sua base real. Por isso o estudo da consciência não deve ser descolado do curso histórico cujo traçado não se divorcia dos incontáveis mapas desenhados pela luta de classes. Não se pense que com isso esgotamos o balanço da experiência em análise. Entender assim seria da mais absoluta incoerência.

Marx e Engels (2007) adotaram como pressuposto, em *A ideologia alemã*, o reconhecimento dos liames entre a atividade humana sensível e as manifestações no terreno da consciência, mas distinguiram também as ideias dominantes de cada época como as ideias da classe dominante. Ao afrontar o regime social capitalista, ainda que, de imediato, o faça partindo dos seus efeitos, os operários se defrontam com as ideias dominantes e procuram apoio em políticas e ideologias que apontem seja para além desse regime social, seja para além das ideias que os seus ideólogos professam. Na quadra histórica que nos serve de âncora, a ideologia da independência de classe, apregoada pela CUT, pelo Coletivo Gregório Bezerra e por correntes sindicais e

políticas afins, apontou contra o domínio do capital em um dos seus aspectos ideológicos mais candentes: a da suposta e insubstituível faticidade de colaboração entre as classes.

Não se pode ignorar o salto na consciência de classe de um trabalhador que se liberta do arдил ideológico que lhe ensinou a classe dominante: o de que o ajustamento ou a concertação entre as classes é tão natural quanto beber um copo d'água. Ao se desfazer do falso brilho dessa ilusão, esse membro da classe que vive da venda da sua força de trabalho executa um passo elementar, mas imprescindível, em seu trajeto histórico: o de se ver como parte de uma classe cuja cultura, interesses e modo de vida a colocam em medição de forças contra outra classe que antes lhe parecera uma entidade não só familiar, mas igualmente associada.

Evidentemente, na luta de classes há fluxos e refluxos e essas flutuações costumam exercer um peso não desprezível sobre a consciência dos indivíduos tomados como um conjunto, uma totalidade, uma classe. Essas idas e vindas dependem da mecânica do relógio das classes, e entre elas a correlação de forças nunca é uma peça imóvel cravada no peito das pessoas. A correlação de forças é sempre variável. Ou seja: ela nunca permanece exatamente igual. Mas somente mudanças bruscas na luta de classes e na sua correlação de forças podem se revelar brutalmente eficazes para inverter os ganhos obtidos no terreno da consciência.

Já observamos que os operários da construção civil, em que pesem as flutuações de inumeráveis conjunturas que vão e que vêm, seguiram por todos esses anos, na própria dobra do século, recusando-se em cumprir o papel de “figurantes mudos” e, na razão inversa, continuaram se postulando como sujeitos do seu próprio destino.

Obviamente, o retrocesso em relação à consciência socialista, em nível planetário, tem significado um limitador bastante ponderável. A ideologia de que não há alternativa se espalhou pelos quatro cantos do mundo, ainda que a contestação ao sistema capitalista venha num crescendo. De certo modo, vivemos uma etapa da luta de classes em que os trabalhadores e a juventude comovem o mundo, mas não o mudam. De fato, o capitalismo é objetivamente recusado e combatido, mas não se aponta uma alternativa real a esse prédio em ruína. Tendo em vista essa circunstância, a superação

do capitalismo se apresenta, teoricamente, tanto intrincada, como supostamente adiada. Eis a contradição de ferro.<sup>5</sup>

Essa constatação, entretanto, não solapa a experiência do operariado e da sua mudança de percepção ante uma sociedade que sempre lhe parecera uma massa compacta e indiferenciada. Em resumidas contas, tão-somente de modo extremo e caricatural poder-se-ia ignorar ou subestimar essa nova apreensão do mundo por parte dos trabalhadores. Os limites desse novo sistema de referência não devem servir para relativizar – a ponto de quase demolir – a desenvolvimento político-ideológica de uma massa de assalariados que, ainda hoje, escreve os seus nomes em praças e ruas, agindo como atores capitais de uma trama histórica absolutamente complexa.

Nesse marco, não custa rememorar a sumária definição de Hobsbawm (2000), para quem “a classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis”. Desenvolvendo a fundo esse raciocínio, ele concluirá que “Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal” (HOBSBAWM, 2000:34). Depois de mais de duas décadas de uma ditadura policalesca, os trabalhadores começaram a adquirir a consciência de si próprios como classe. Esse não foi um processo restrito a uma e outra categoria; envolveu milhões de trabalhadores e se traduziu em um sem número de lutas, de greves e manifestações. Em seu sentido mais abrangente, essa é a referencialidade. Por vezes, deram-se explosões que foram além do habitualmente reconhecível. Aparenta ter sido este o caso dos operários da construção civil. De algum modo, nasceu dessa conjectura a necessidade inarredável de estudá-los, descrevê-los e analisá-los, esforço que desprendemos nestas páginas.

O princípio ativo da consciência tem base na experiência real de dezenas de milhares de trabalhadores que constituem o coletivo da construção civil na RMF. Não foram as suas representações que o condicionaram, mas estas é que foram condicionadas por sua prática. Uma prática de classe. Para um marxista, o importante é entender essa processualidade nos termos propostos pelos seus criadores: “A consciência (Bewusstsein) não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente (bewusstes Sein), e o ser dos homens é um processo de vida real” (MARX; ENGELS, 2007:48).

---

<sup>5</sup> Junto com as mobilizações de massas, o anticapitalismo tem se multiplicado. Essa não pode se constituir em uma sala de entrada para que se volte a refletir e a discutir a estratégia socialista? A nosso ver, sim. A tendência, de fato, é que essa questão volte a ganhar corpo.

Assim sendo, esse não foi um processo cujo conteúdo desceu do céu a terra, mas que se realizou subindo da terra ao céu. A nova expressão no terreno da consciência não é a resultante suprema de uma abstração filosófica, mas um desdobramento, ainda que eivado de mediações, de “um processo de vida real”. A inserção dos operários da construção civil em uma etapa de aguda concentração da luta social lhes abriu um novo campo de possibilidades por meio do qual adotaram um enfoque ideológico diametralmente oposto à cartografia simbólica que até então orientara os seus passos como categoria e como classe. Em lugar da ideia de colaboração entre as classes, sobressaiu uma noção rigorosamente distinta e com um corte marcadamente de classe. Com uma peculiaridade própria, imprimiu-se um novo ajustamento entre luta social, representações ideológicas e consciência.

Em uma síntese histórica, poder-se-ia concluir que as formas antigas foram amplamente desarticuladas, ainda que as novas não se impusessem em toda a sua clareza e completude, como é comum em todo e qualquer “processo de vida real”. Mas não se pode ignorar o fato de que os trabalhadores se construíram como movimento e como tal elegeram artefatos ideológicos que, em tempos passados, não formaram entre as suas ferramentas de trabalho, notadamente o princípio da independência de classe. Nessa direção, vislumbraram aspectos da peleja entre capital e trabalho cuja essência era-lhes desconhecida. Esses episódios representaram um clarão na consciência de milhares de seus membros.

Dito de outro modo: “A dinâmica e o destino desses movimentos foram decididos em função da independência classista praticada pelos trabalhadores” (BRAGA, 2012:112). Mais do que isso, “esse impulso revelou o surgimento de um rudimento de consciência operária” (idem, p. 113), ao passo que “o sindicato transformou-se em meio de manifestação da consciência de classe operária” (ibidem, p. 114).

Decididamente, Ruy Braga não se refere à experiência dos operários da construção civil de Fortaleza, mas os degraus da “dinâmica e destino” são praticamente os mesmos e demonstram que o aprendizado da classe trabalhadora, em diferentes tempos e lugares, apresenta perceptíveis elementos de similaridade.

Em última instância, a resultante dessa “dinâmica e destino” não é uma consciência universal, transcendente, abstrata, ambígua ou indefinida. Não! Essa consciência tem sobrenome: é uma consciência operária. No caso do operariado da construção civil de Fortaleza, essa não é uma questão menor. As lutas travadas pela

categoria<sup>6</sup> engendraram uma consciência operária que iria servir de arrimo, não só em relação aos embates futuros, mas, especificamente, em referência ao novo lugar conquistado pelos operários em uma sociedade plasmada pelo domínio do capital.

Sumariamente: que os operários se vejam com operários não é uma questão de menor relevância. Mais: que lutem como operários também não é um problema de somenos magnitude. O vislumbrar-se “como tal” e “como tal” lutar, eis a impressão mais viva de um tempo em que os seus homens e as suas mulheres, a quem o capital, parafraseando Marx, sempre tem buscado desumanizá-los espiritual e fisicamente, levantaram-se em uma perspectiva classista de auto-afirmação. Os limites dessa atividade, bem como a contraditoriedade que certamente se estabeleceu entre o seu conteúdo mais vivo e a sua manifestação no terreno da consciência, não podem sem empregados como uma forma de desvalorização cambial dos ganhos conquistados pelos trabalhadores.

Os fenômenos que aqui foram estudados têm ramificações muito mais profundas e complexas do que qualquer esquema que deseje enquadrá-lo sem, no entanto, se mostrar sensível a riqueza e aos meandros da sua trama. Sob as novas circunstâncias, os proletários - que pertencem a um dos segmentos mais pauperizados e embrutecidos pelo domínio do capital – foram capazes de fazer frente às manifestações ideológicas que pela repetição, até aquele momento, pareciam se constituir em signos místicos e perpétuos. Sem que esses instrumentos cultural-ideológicos fossem enfrentados, dificilmente se teria como supor que, embrutecidos pelo trabalho, esses seres pudessem compor o fino tecido de uma consciência operária. Com efeito, os trabalhadores se recusavam a seguir como meros “escravos do hábito”.

O essencial, no entanto, é verificar que: primeiro, as contradições, ao longo do tempo, traduziram-se em luta de classes; segundo, paralelamente os operários, a partir das suas lideranças, passaram a questionar as manifestações ideológicas que se mantinham pela repetição, como ilustrava bem a ideologia da colaboração de classe; por fim, esses processos cruzados induziram a uma mudança incisiva na esfera da consciência. Mas para que isso se fizesse possível, os operários se organizaram como atores coletivos e estabeleceram novas modalidades de representação (de corte classista). As questões que, até então, eram majoritariamente tratadas de maneira individual, passaram a ser focadas em um horizonte marcadamente coletivo.

---

<sup>6</sup> Oposição sindical, vitória no pleito, posse da nova diretoria, participação na greve geral de 1989, primeira campanha salarial conduzida pelos métodos da ação direta.

Engels (2008a) enunciava que “se cada operário trata isoladamente com o capitalista, é vencido com facilidade e obrigado a se submeter” (p.86). Esse era o estágio em que se encontravam os membros da construção civil em um contexto em que o seu próprio sindicato se postulava como uma agência de colaboração com os patrões e o Estado. Tomando esse fato como ponto de partida, os operários foram mais longe do que inicialmente poder-se-ia supor. Trotsky (1979) assinalava que a crise do capitalismo é o equivalente de um muro intransponível. Provavelmente, esse componente histórico empurre a classe trabalhadora a ir além do que, à primeira vista, se poderia admitir hipoteticamente por limite. Nesses termos, os operários se agigantaram e desse novo quadro é que derivou o que aqui nomeamos de consciência operária. Isso, efetivamente, resultou de um conjunto importante e influente de alterações que carece de uma apreciação, ainda que breve.

De modo efetivo, a mudança na consciência operária deveu-se a uma série de fatores, dentre os quais poderíamos destacar: a dinâmica da luta de classes, o embate ideológico que aí se estabeleceu e o processo de educação política que decorreu da própria dinâmica sócio-ideológica.

A luta de classes funciona como uma escola de formação. O trabalhador, cujo universo se restringia ao cotidiano da família, da comunidade barrial e do exercício regular da labuta, começa a tomar o mundo em outra perspectiva quando passa a atuar coletivamente em torno às suas demandas. Descortina-se aí um novo horizonte. A percepção do operário se amplia. Alça voos que até então não estavam colocados em seu campo de visão.

Presumidamente, é uma educação pela ação; um processo em que a atividade diária da luta direta incide sobre a sua cultura, a sua consciência e os seus hábitos. Incorpora-se um conjunto de novos artefatos que passa a atuar diretamente sobre a organização mental do operariado.

Um exemplo simples: os trabalhadores começam a entender que para encontrar certas soluções, não no terreno de um arroubamento de espírito, mas em sua lógica prática e concreta, eles devem se reunir, organizar-se e se instruir para obtenção daquilo que anteriormente fora projetado. Esse entendimento não deriva do nada como cogumelo, mas procede das ações imanentes à luta de classes.

Nasce daí a oposição que os operários principiam a vislumbrar entre os seus interesses e os do empresariado. Essa é a primeira lição da luta de classes. Ao contrário

de harmonia em tais relações, eles se apercebem - à luz da prática e da resistência à exploração - que o que, em última hipótese, prevalece é a contradição e o antagonismo.

As lutas conduzidas pelo proletariado da construção civil de Fortaleza permitiram à constituição desse entendimento primário e, dessa maneira, cumpriram um papel instrutivo do qual resultou alterações inteligíveis no plano da consciência cuja expressão mais notória foi a formação de uma consciência nitidamente operária.

Mas isso só se fez exequível pelo trabalho ideológico desenvolvido por uma vanguarda organizada e concentrada na cimeira da entidade sindical. Esse grupo agiu como uma vanguarda proletária que projetou e esteve a frente de uma peleja que colocou o operariado vindo de encontro às tradições e posturas advindas de um tronco ideológico que, em última instância, lhe era absolutamente alheio.

A ruptura com esse tronco ideológico só poderia acontecer se a este, como alternativa, se oferecesse outro visceralmente distinto e que, em ampla escala, se articulasse às necessidades e interesses daqueles cuja realidade mais penetrante era marcada pela venda da sua força de trabalho.

Com didatismo, umas vezes ou, outras vezes, com profundidade teórica; assim se fez um trabalho em que coube à vanguarda organizada no sindicato e forjada em um corpo partidário de matriz leninista, no caso de uns, e trabalhada nos grupos sociais da igreja católica, no caso de outros, a tarefa de coordenar um movimento que influiu ativa e eficazmente sobre a consciência do operariado. Com essa influência se alcançou o resultado inicialmente pretendido; frutos que ainda podem ser presentidos no devir dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. Não por acaso, é uma das poucas categorias de assalariados, na capital cearense, que leva a cabo ações de rua e paralisações, que impressionam pela grandeza, importância e radicalidade, ainda que por fora da data base.<sup>7</sup> O fato é que os acontecimentos, cujo marco zero pode ser observado nas primeiras greves e mobilizações que varreram a cidade há aproximadamente ¼ de século, ainda parecem incidir como uma tradição que emergiu e ganhou forma corpórea ao longo do tempo.

Esse processo, iniciado em fins dos anos 1980, intensifica-se e complexifica-se ao longo dos anos e pode ser definido, em seu desenvolvimento, como um sistema de

---

<sup>7</sup> Há muitos momentos em que os operários da construção civil se revelaram como sujeitos políticos nada desimportantes da história da cidade e do país, como quando da campanha contra a ALCA, da introdução do PASSCARD pela prefeitura de Fortaleza, da luta contra acidentes de trabalho e, principalmente, da sua inserção nas paralisações nacionais. Em todas as greves gerais, parciais ou não, a categoria se fez presente, demonstrando um sentimento de pertencimento à classe trabalhadora e esgrimindo em torno às demandas gerais classistas.

educação política em decurso. Decorrente disso, o ambiente exterior que circunda essa categoria social passou a ser arrostado e entendido de modo não semelhante em comparação com as condições de inteligibilidade anteriores, num jogo de ações e reações que induziu a mudanças no dispositivo mental de milhares de operários.

Quer dizer: no tocante à categoria dos trabalhadores da construção civil, podemos ver que esse novo dispositivo passa por refletir e incorporar em suas relações sociais uma nova postura: 1º) frente aos seus direitos, pleiteando-os com vigor; 2º) no terreno da ação direta, adotando métodos radicais de luta com vistas a alcançar os seus objetivos; 3º) diante do tronco ideológico empresarial, antepondo-se a sua sanha hegemônica; 4º) Em uma perspectiva de prazo mais alongado, assumindo novos vínculos ideológicos, agora consentâneos com os seus interesses e necessidades 5º); lançando nomes da categoria nas disputas eleitorais (parlamentares), ratificando os nomes dos seus representantes em concorridas assembleias; 6º) alia-se a aos itens anteriores, a participação em campanhas nacionais não diretamente relacionadas com as querelas imediatas típicas das campanhas salariais<sup>8</sup>.

A dialética histórica se move a partir de um elenco de elementos que se cruza e se articula para produzir um novo estado de coisas. No caso específico do operariado da construção civil, uma característica importante de toda processualidade guardou uma concentrada relação com a função intelectual e formativa cumprida pela entidade sindical a partir das suas lideranças. Um hercúleo processo de formação político-sindical cooperou para o alargamento da uma vanguarda mais consistente que, no percurso, assegurou a continuidade e o aprofundamento de uma experiência que vem se renovando com a passagem do tempo.

Esse é o itinerário de uma arquitetura de classe.

Nesse ínterim, é necessário recordar um aspecto muito decisivo: nada é mais básico em um percurso de emancipação social de uma classe do que esta se apropriar da sua própria natureza por meio de um novo entendimento que lhe permita vislumbrar um horizonte que seja capaz de lhe consentir ir além das limitações que lhes são impostas pelo domínio movido pela classe adversa. É o eixo em torno do qual a classe dominada pode pensar em livrar-se de toda tutela que lhe é imposta pelo regime social vigente. Em outros termos: é um salto em sua consciência como classe.

---

<sup>8</sup> Contra a ALCA, contra o pagamento da dívida externa.

Compreensivelmente, o operariado venceu muitos obstáculos interpostos pelo capital e pelo Estado. Mas estamos ante as vitórias táticas. Enquanto isso persistir, o domínio do capital seguirá como a espada de Dâmocles apontada contra o pescoço de todo aquele que vive da venda da sua força de trabalho.

Um balanço desses acontecimentos – em particular, das dificuldades e dos limites da luta do operariado – não nos permitiria, porém, ratificar o que escreveu Engels (2008b), de que as pessoas que sofrem tanto para dobrar um único burguês serão capazes de quebrar o poder de toda burguesia?

### CAPITULO 3

## O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOB A ÉGIDE DO LULISMO: INDEPENDÊNCIA POLITICA, OPOSIÇÃO AO MODELO ECONÔMICO E SINDICALISMO CLASSISTA – AS LIÇÕES DOS ANOS LULA.

*Na rua passa um operário. Como vai firme! Não tem blusa. No conto, no drama, no discurso político, a dor do operário está na blusa azul, de pano grosso, nas mãos grossas, nos pés enormes, nos desconfortos enormes. Esse é um homem comum, apenas mais escuro que os outros, e com uma significação estranha no corpo, que carrega desígnios e segredos. Para onde vai ele, pisando assim tão firme?(Carlos Drummond)*

Vimos até aqui como a consciência de classe foi sendo construída ao longo dos anos e experiências dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. O papel pedagógico que as lutas cumpriram na formação de uma sólida argamassa ideológica foram as combinações entre a conjuntura de um ascenso político sindical e as opções por um sindicalismo com forte independência de classe que priorizava a luta direta entre capital e trabalho.

Mas a história não é linear ou sem desafios e testes permanentes. Na virada do século XXI o PT conquista a presidência da república com Lula, principal dirigente sindical surgido das greves do final da década de 1970 e início de 1980, que se transformou na maior referência do país desde Getúlio Vargas.

Um presidente com origem social na classe trabalhadora, eleito por um partido de esquerda, em um país capitalista periférico, onze anos após a restauração capitalista e a queda do muro de Berlim, foi um acontecimento atípico ou, como diz Arcary (2011) no mínimo uma anomalia do ponto de vista da dominação capitalista.

Mas, o Lula que chegou a presidência não era mais o dirigente sindical que catalisava as grandes mobilizações de massas dos anos 1978/1984. Não era um “incendiário” por mudanças, mas um “bombeiro”.

O presidente Lula, líder com influência latino americana, manteve, durante seus dois mandatos, uma grande popularidade. Principalmente entre os operários. Na construção civil de Fortaleza não podia ser diferente. A direção do sindicato dos trabalhadores da construção civil começava a se renovar ainda que mantivesse lideranças consolidadas nas primeiras lutas da categoria em fins dos anos 1980.

O desafio se materializava em duas questões essenciais: como manter um sindicato independente e classista diante desta nova conjuntura? E como ensinar as lições aprendidas para as novas gerações que chegavam à construção civil?

Para extrairmos as conclusões sobre este período, que é um objetivo desta pesquisa, devemos traçar um panorama do que foram os anos Lula e seu significado para a construção civil. Devemos também observar os acontecimentos sobre o olhar dos trabalhadores e de suas lideranças que viveram (e vivem) uma história do tempo presente.

### **3.1 O PT chega à presidência da república – os anos Lula (2003-2010)**

*“Sim, meus bons leitores, vós preferiríeis não ver descoberta a miséria humana. Para que, dizeis vós, qual é a utilidade disso? Então não sabemos sozinhos que existe muita coisa ridícula e desprezível na vida?” (Nicolai Gógol).*

O PT foi o maior partido da história da classe trabalhadora brasileira do século XX. Surgiu como um partido operário, com um projeto de representação independente da classe trabalhadora, mas com um projeto político dominante na sua direção de reformas para a regulação do capitalismo brasileiro.

Tentemos sumariar a natureza de classe do PT: primeiro nos anos 1980 os setores organizados do proletariado e da juventude estudantil radicalizada, mas depois com o passar dos anos, na virada do século, uma parcela da classe média e também uma parte das massas populares semiproletárias apostaram na mudança de suas vidas pela representação política que o PT e Lula ofereciam. Uma promessa de reformas com poucos riscos de confronto com os poderosos interesses do capital.

Podemos dividir uma análise político-histórica do PT em quatro fases distintas, como sugere Arcary. Primeira fase se dá entre 1980 e 1985 na qual o PT foi um partido de oposição ao regime militar e ao governo Figueiredo<sup>9</sup> e principal impulsionador de todas as lutas sociais contra a ditadura. Conquistou a liderança nos movimentos sociais, deslocando o papel que antes de 1964 pertencia ao Partido Comunista Brasileiro - PCB. Depois do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves/José Sarney, da Constituinte de 1986 e, principalmente, após as eleições municipais de 1988, o PT deixou de ser um

---

<sup>9</sup> O general João Baptista de Oliveira Figueiredo governou o Brasil entre 1989 e 1985.

partido de oposição ao regime - agora um regime democrático-eleitoral – mas, continuou sendo um partido de oposição intransigente ao governo.

A segunda fase ocorre depois da derrota diante de Fernando Collor de Melo em 1989 e depois das eleições aos governos estaduais de 1990. Sob pressão da nova situação internacional aberta com a queda do muro de Berlim, o compromisso da direção do PT com a constitucionalidade levou o partido à hesitação face ao governo Collor. Por isso recusou-se a tomar a iniciativa para começar uma campanha pelo Fora Collor em 1991. Mas depois que a campanha ganhou sustentação de massas nas ruas em agosto de 1992, o PT a apoiou.

A Terceira fase começa depois da eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994, até 2002. O PT manteve a posição de oposição parlamentar, porém, recusando-se a mobilizar a sua base social de apoio para tentar impedir o governo FHC de governar. Mesmo quando, em 1999, se abriu a possibilidade de fazer contra FHC um movimento semelhante ao que foi feito contra Collor. Foi nesse processo que José Dirceu se consolidou como liderança. Depois da vitória de Lula ou da *Carta aos Brasileiros*<sup>10</sup> em julho de 2002, quando se transformou em partido de governo, o PT passou a ser o principal suporte da contenção social para garantir a governabilidade de Lula. É a presença de Lula que ajuda a explicar porque o regime democrático no Brasil não atravessou uma crise como na Argentina em 2001<sup>11</sup>.

A quarta fase ocorre com o PT na presidência. O PT foi o partido dirigente do governo Lula que conseguiu entre 2003 e 2010 (sobretudo depois de 2006), a estabilização política do regime democrático eleitoral. Durante estes oito anos de mandato o PT atravessou a crise do mensalão<sup>12</sup> em 2005 e saiu dela, outra vez, irreconhecível: o escândalo escancarou o escárnio da direção do PT pelos limites éticos

---

<sup>10</sup> Carta apresentada por Lula, na ocasião do lançamento de sua candidatura em julho de 2002, na qual o candidato se comprometeu em honrar todos os compromissos feitos, até então, por FHC. O pagamento das dívidas externa e interna foi um destes compromissos.

<sup>11</sup> Em 2001 a Argentina atravessou uma séria crise que fez com que vários presidentes fossem derrubados por fortes mobilizações nas ruas deste país.

<sup>12</sup> Esta crise ficou conhecida por mensalão, pois foi a partir do pagamento de “mesadas”, de corrupção, aos parlamentares dos diversos partidos da base do governo que se conseguia a aprovação das medidas e/ou projetos de interesse do governo. Foi com esse *modus operandi*, prática até então delegada aos partidos tradicionais da burguesia, que o governo conseguiu aprovar a Reforma da Previdência em 2003. Durante este ano de 2013, dez anos após a crise e as denúncias, acompanhamos o julgamento dos acusados pelo STF – sem passar anteriormente por nenhuma instância do judiciário brasileiro – que acabaram condenados pelo crime de corrupção, formação de quadrilha e etc. No feriado da Proclamação da República, momento em que fechamos essa dissertação, o STF prendeu os condenados neste processo. Certamente, um marco na história do país e na história do PT.

mais elementares, ao aceitar o financiamento ilegal, na escala apocalíptica de dezena de milhões de dólares.

O PT também enfrentou muitas crises<sup>13</sup>. Para Arcary, quatro destas crises marcaram sua história. A primeira crise veio com o governo Erundina à frente da prefeitura de São Paulo. O PT pagou a dívida externa do município e não hesitou em convocar a Polícia Militar contra a luta operária e popular. Não houve rupturas no partido, mas as placas tectônicas do PT se moveram (2011; 65)

A segunda crise se deu no início dos anos 1990, quando a situação política evoluía à direita. A direção do PT convocou o 1º Congresso e decidiu expulsar a Convergência Socialista<sup>14</sup>, uma corrente trotskista que constituiu, após unificação com outras organizações marxistas, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU. Esta crise não teve repercussão eleitoral, mas deixou uma ferida incurável: a ala revolucionária tinha sido eliminada e as reações foram declaratórias.

A terceira ocorreu após o impulso do Fora Collor. A corrente majoritária do PT se dividiu originando a “Articulação de Esquerda” que, unida às tendências marxistas Democracia Socialista - DS<sup>15</sup> e Força Socialista - FS, obteve uma vitória no encontro nacional do PT de 1993. No Encontro Nacional de 1995 a Articulação, tendência liderada por José Dirceu, recuperou a maioria em aliança com a tendência Nova Esquerda, liderada por José Genoíno e Tarso Genro. Depois da terceira derrota eleitoral em 1999, a direção do PT realizou uma inflexão à direita e impôs um veto à campanha “*Fora FHC e o FMI*” que a CUT e o MST vinham construindo com apoio da esquerda, interna e externa, ao PT e que tinha realizado em Brasília um ato com cem mil ativistas. Em 2002 a direção do PT articulou o manifesto no lançamento da quarta candidatura de Lula à presidência desta vez tendo como vice José Alencar, um dos maiores empresários do setor têxtil, declarando a decisão de *honrar o pagamento da dívida pública interna e externa*<sup>16</sup>. Em 2003, após a eleição de Lula, a direção do PT não hesitou em expulsar Heloísa Helena e os deputados que vieram a formar o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL com acusação de indisciplina por terem se recusado a votar no congresso a reforma da previdência.

---

<sup>13</sup> Aqui compreendemos crise como hipótese de que o partido sai dela diferente, qualitativamente, daquilo que era.

<sup>14</sup> A Convergência Socialista tinha sido uma das primeiras tendências presentes desde a fundação do PT. José Maria de Almeida – o Zé Maria - foi um dos defensores da ideia da formação de um PT no Congresso dos Metalúrgicos de Lins em 1979. Atualmente Zé Maria é presidente nacional do PSTU.

<sup>15</sup> Tendência que a ex-prefeita de Fortaleza, Luiziane Lins, faz parte.

<sup>16</sup> [http://www.iisg.nl/collections/carta\\_ao\\_povo\\_brasileiro.pdf](http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf) (consulta em 18/11/2013)

A quarta foi a mais séria crise de sua história e ocorreu em 2005. Uma parcela do núcleo duro da sua direção, incluindo o José Dirceu, foi decapitada politicamente pela crise aberta pelas denúncias do mensalão. Essa crise deixou o partido desmoralizado entre os setores mais críticos do ativismo operário e popular, em boa parte da vanguarda estudantil mais lutadora e nos meios da intelectualidade de esquerda mais honesta. Depois de oito anos no poder, a condição de classe da direção do PT mudou – sinais de enriquecimento rápido passaram a ser indisfarçáveis. O próprio partido mudou sua natureza social. Nasceu um partido com relações orgânicas com frações da burguesia brasileira.

Somente por duas vezes, nesse intervalo histórico de três décadas de crescente confiança na direção de Lula, do PT e da CUT, as massas populares conseguiram irromper na cena política com a força grandiosa de sua mobilização política nas ruas, ameaçando o governo de plantão: Fora Collor, em 1992 e a campanha do Fora FHC e FMI, em 1999<sup>17</sup>. Mas, o programa que levou milhões à luta não era senão democrático. Ou, como preferem os petistas, democrático e popular.

A maioria da classe trabalhadora organizada nos sindicatos foi evoluindo à esquerda nos anos 1980. Chegou a protagonizar duas greves gerais, em 1987 e 1989, que, ainda que parciais, conseguiram uma dimensão nacional. A maioria do povo desorganizado permaneceu como base eleitoral dos partidos burgueses.

Daqui tiramos a seguinte conclusão: o prestígio de Lula repousa primeiro na história do PT. O PT de 2013 é, evidentemente, outro partido embora a fração dirigente seja essencialmente a mesma. O PT e Lula são hoje muito sobrestimados, mas seria injusto não lembrar que foram subestimados quando apareceram na vida política nacional em 1979/1980.

Com essa rápida análise histórica do PT, partimos então pra uma análise do significado do governo Lula. Vários intelectuais já se manifestaram a respeito do que representou o governo Lula. Há análises ditas governistas, como as posições defendidas por André Singer<sup>18</sup> e análises críticas, como as defendida por Valério Arcary, Ruy Braga, Francisco de Oliveira e Luis Filgueiras. Optamos aqui por fazer uma análise crítica buscando os pontos de acordo e desacordo entre a análise dos governistas e as

---

<sup>17</sup> Destaque-se quem em 1997 houve uma comoção nacional com o massacre de Eldorado dos Carajás que mobilizou uma parcela dos movimentos sociais organizados na oposição ao governo de FHC.

<sup>18</sup> André Singer é professor da USP. Foi porta-voz e secretário de imprensa do governo Lula entre os anos 2003 e 2007. Escritor do livro *Os sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador* (Cia das Letras, 2012) na qual nos apoiamos para escrever este trabalho.

análises críticas ao governo apoiando-nos em dois destes intelectuais: André Singer, na defesa do governo petista e Valerio Arcary, na crítica.

Singer (2012) desenvolve as seguintes hipóteses a respeito do significado do governo Lula e do lulismo que surge como fenômeno desta experiência: 1) há um deslocamento do subproletariado, uma fração de classe com importante peso eleitoral, que provocou o surgimento do lulismo; 2), o lulismo, por seu turno, teria impactado o PT, dando suporte à virada programática que começara em 2002; 3) no segundo mandato, o governo Lula, sustentado pelo subproletariado e por um partido lulista, aprofundou o modelo de arbitragem entre as classes fundamentais, dando asas a um imaginário Rooseveltiano<sup>19</sup>; 4) o conjunto de mudanças pode ser entendido como um reformismo fraco, que, simultaneamente, reproduz e avança as contradições brasileiras (2012: 28).

Neste sentido o lulismo, para Singer, existe sob o signo da contradição: conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento (2012; 9)

Segundo o autor, houve a partir de 2003 uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura da economia internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – destacando o combate à miséria – e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*. Isso teria produzido, em associação com a crise do mensalão, um realinhamento eleitoral<sup>20</sup> que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O surgimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo centrado no binômio “diminuição de pobreza com manutenção da ordem”; modelo devidamente esboçado no primeiro quadriênio. (2012; 13)

Em 2006 há trocas relevantes de posição social no interior da coalisão majoritária. Em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato a classe média se afasta e contingentes pobres ocupam o seu lugar. Embora o processo de mudança tenha começado em 2002, a eleição decisiva do ponto de vista das classes, na qual o subproletariado adere em bloco a Lula e a classe média ao PSDB, é a de 2006.

Foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual

---

<sup>19</sup> Relativo a Franklin Roosevelt, estadista norte americano.

<sup>20</sup> Ideia de que certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar.

tem forças suficientes para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, do ponto de vista de Singer, é o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se encontra no norte e nordeste do país sem confrontar os interesses do capital (2012; 15)

O pivô do lulismo foi de uma parte a relação estabelecida por Lula com os mais pobres, os quais, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio maciço e, em algumas regiões, fervoroso, da eleição de 2006 em diante. Paralelamente, o mensalão catalisou o afastamento da classe média, invertendo a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado exatamente pelos mais pobres, que tinham votado em Fernando Collor.

O lulismo alterou a base social do PT e favoreceu, em particular no segundo mandato, a aceleração do crescimento econômico com diminuição da desigualdade, sobretudo mediante a integração do subproletariado à condição proletária via emprego formal.

Segundo Singer,

O lulismo partiu de grau tão elevado de miséria e desigualdade, em país cujo mercado interno potencial é expressivo, que as mudanças estruturais introduzidas, embora tênues em face das expectativas radicais, tiveram efeito poderoso, especialmente quando vistas da perspectiva dos que foram beneficiados por elas: o próprio subproletariado. A conjuntura econômica mundial favorável entre 2003 e 2008, não só por apresentar um ciclo de expansão capitalista como por envolver um boom de commodities, ajudou a produzir o lulismo. (2012; 21)

A conclusão a que Singer chega é de que houve uma polarização entre ricos e pobres nas eleições de 2006 e 2010. Não entre esquerda e direita. O lulismo faz uma articulação ideológica, que tira centralidade do conflito entre direita e esquerda, mas reconstrói uma ideologia a partir do conflito entre ricos e pobres. (2012; 32).

O lulismo dilui a polarização esquerda/direita porque busca equilibrar as classes fundamentais e esvazia as posições que pretendem representá-las na esfera política. Por isso, a divisão lulista tem uma poderosa repercussão regional, e o Nordeste, que é mais pobre, concentra o voto lulista.

O lulismo separa os eleitores de baixa renda das camadas médias, tornando os dois principais partidos do país – PT e PSDB – representativos desses pólos sociais.

Para os críticos do governo Lula, como Arcary, a análise é complexa por 4 razões que tentaremos resumir neste trabalho. Primeiro, a inusitada eleição de um líder de origem operária foi uma experiência singular na história do Brasil. Um presidente com origem na classe trabalhadora, eleito por um partido de esquerda, em um país capitalista periférico, onze anos depois da restauração capitalista, foi um acontecimento atípico, ou seja, do ponto de vista da dominação capitalista, uma anomalia. Lula se afirmou como a figura política mais importante do país desde Getúlio Vargas. O PT se credenciou diante da classe dominante porque já tinha demonstrado que era uma oposição ao governo de plantão, mas não era inimigo do regime democrático-liberal de tipo presidencialista que vingou depois de 1985, incluindo o estatuto da reeleição, uma deformação antirrepublicana e especialmente reacionária.

Segundo,

(...) como o governo Lula é história recente, ou história do tempo presente, é preciso distinguir o que foi o governo Lula das percepções que ele deixou. A sua popularidade oculta mais do que revela sobre sua verdadeira natureza. O crescimento econômico entre 2004 e 2008, interrompido em 2009, porém recuperado com astúcia em 2010, foi inferior à média do crescimento dos países vizinhos, mas a inflação foi, também, menor. Este crescimento econômico só foi possível, pois o país foi favorecido com o aumento da demanda mundial de commodities e pelo aumento interno do consumo. Associado à expansão de crédito oferecendo ao país uma sensação de alívio. Esta foi a chave de explicação do sucesso popular do governo Lula: reduziu o desemprego a taxa menores que a metade daquelas que o país conheceu ao longo dos anos 1990; permitiu a recuperação do salário médio que atingiu, finalmente, em 2011, o valor de 1990; aumentou a mobilidade social, tanto a distribuição pessoal, quanto a distribuição funcional da renda; garantiu uma elevação real do salário mínimo acima da inflação e permitiu a ampliação dos benefícios do Bolsa Família. Mas esta popularidade não é suficiente como argumento da tese de que Lula seria o governo de esquerda possível nas relações políticas e sociais de força que encontrou. Governos de direita podem também ter, conjunturalmente, popularidade (2011:13)

Terceiro, o governo Lula não facilita analogias históricas. A maioria dos governos de colaboração de classes em países periféricos na nova etapa histórica aberta após 1989/1991 – após a restauração capitalista e fim da União Soviética – assumiram formas muito diferentes daquelas que predominaram durante a “guerra fria”. O Lula que

chegou à presidência não era mais o catalizador das grandes mobilizações de massas dos anos 1978/1984.

E quarto, o governo Lula foi de longe o mais forte dos últimos trinta anos. Os oito anos do governo Lula distinguem-se por terem sido o período de maior estabilização social do regime político que surgiu no Brasil em 1985 com o fim da ditadura militar. A forma presidencialista foi consolidada durante o governo liderado pelo PT, em que pese a crise do mensalão. Durante os governos Sarney, Collor, Itamar e FHC, seus antecessores, as crises políticas foram constantes.

O PT preservou, contudo, uma influência majoritária no proletariado. Entre 2003 e 2010 Lula fez um governo que recebeu aplausos quase unânimes do que há de mais reacionário no Brasil e no mundo. Não faltaram entre os maiores banqueiros empreiteiros e latifundiários, vozes dispostas a admitir em público o deslumbramento das classes dominantes, de todos os continentes, com Lula e o PT.

Lula surpreendeu pela resiliência de sua autoridade na classe operária. As condições de crescimento econômico internacional beneficiaram Lula e o governo. Mas não foram somente estas condições externas favoráveis que podem explicar a perenidade da influência do PT na classe trabalhadora. E tampouco foram as mais de dez milhões de Bolsas Família distribuídas.

Paradoxo: o primeiro governo de esquerda da história deslocou o país, por uma década, para a direita. O governo Lula foi um governo de colaboração de classes, um governo burguês atípico, *sui generis*, porque dirigido pelo PT – um partido que nasceu em 1980 sem representação burguesa no seu interior - embora em 2002 já fosse outro partido e com outro programa. Lula deixou como principal obra a estabilização do regime democrático-eleitoral em um país capitalista periférico que evoluía para uma situação revolucionária. A originalidade histórica do governo Lula é que foi o primeiro governo de colaboração de classes, em um país periférico, que não foi hostilizado pelos governos das potências que dominam o sistema internacional de estados.

O governo Lula foi popular ao longo dos oito anos de mandato, mas não pode ser considerado, não importa a opção teórica, como um governo dos trabalhadores. O destino de Lula e do petismo, que hoje se confunde com o lulismo de tal maneira que são indistinguíveis, será, contudo, diferente. O desgaste do lulismo será mais lento, ainda que a dinâmica do processo seja irreversível, quando consideramos a crise estrutural do capitalismo na longa duração.

O lulismo se apoia, também, nas ilusões reformistas que estão ainda muito vivas na consciência média dos trabalhadores brasileiros. Segundo Arcary,

Uma análise do governo Lula deve concluir que ele foi uma experiência reformista quase sem reformas que se beneficiou de uma conjuntura internacional favorável, todavia, efêmera. Reformista porque foi de colaboração de classes. Sem reformas porque as contrarreformas do governo lula, como a da previdência, foram muito mais significativas do que as reformas progressivas como, por exemplo, a elevação do salário mínimo acima da inflação, ainda assim muito abaixo do que seria minimamente necessário para uma vida digna. (2011: 23)

É verdade que implantou o programa Bolsa Família em uma escala muito superior aos projetos de prefeituras e governos locais e essa iniciativa potencializou sua aprovação nos setores desorganizados do povo. Essa política de renda mínima, emergencial, transformada em assistência social permanente, foi insuficiente para erradicar a miséria e inadequada para diminuir a desigualdade social.

Iniciou-se uma reorganização da esquerda nos últimos oito anos. Ainda se desenvolve como um processo de vanguarda, sobretudo nos movimentos organizados da classe trabalhadora, da juventude, da intelectualidade mais crítica.

É na esteira dessa reorganização que entra o STICCF, nosso objeto de estudo desta pesquisa.

### **3.2 Crescimento econômico e exploração dos operários da construção civil de Fortaleza**

*“O processo de produção capitalista é, portanto, processo de produção de mais-valia. O motor da produção capitalista é a obtenção permanente de mais-valor, e a origem do mais-valor é a exploração da força de trabalho humana...” (Oswaldo Coggiola)*

O governo Lula, como dito na seção anterior, garantiu em seus oito anos de mandato, a manutenção de reformas neoliberais e da mesma política macroeconômica, associadas a um novo ciclo da economia mundial. Essa fórmula permitiu um desempenho melhor da economia brasileira.

E um setor da economia brasileira tem sido parte importante deste desempenho: a construção civil. Segundo pesquisa do IBGE de 2010, a construção civil é responsável por 4,9% do Produto Interno Bruto – PIB. Além disso, é responsável por

quase metade de todos os investimentos feitos no país e emprega 7 milhões de trabalhadores, representando um em cada dez trabalhadores brasileiros, aproximadamente.

Esse diagnóstico é uma das explicações para a popularidade do governo Lula entre os trabalhadores da construção civil. O desempenho do setor da construção civil na economia brasileira e, no caso do nosso objeto de estudo, na cearense, permitiu uma ampliação da categoria que saltou de aproximadamente vinte mil trabalhadores em Fortaleza e Região Metropolitana no início dos anos 2000, para sessenta mil em 2010.

Uma situação internacional altamente favorável, a decisão política de retorno do Estado ao processo econômico e o consentimento dos setores subalternos permitiram a Lula acomodar e compatibilizar interesses conflitantes. De um lado, os juros, lucros e rendas das frações do grande capital financeiro/agronegócio/empresas estatais/fundos públicos/ grandes grupos nacionais e, de outro, a ampliação do crédito para segmentos da população com menor renda, os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação da política social focalizada, como o Bolsa Família.

Essa fórmula foi que permitiu que um batalhão de operários da construção civil de Fortaleza e Região Metropolitana alterasse seu padrão de vida, ainda que fosse conquistada por um longo e grande endividamento. Onde antes se via bicicletas como meio de transporte, hoje se vê motos, carros novos e usados. Não há dúvidas de que essa política econômica beneficiou mais fortemente as grandes construtoras que garantiram na última década um crescimento maior que o próprio PIB brasileiro. E esse crescimento deu-se à custa do aumento da exploração do imenso exército de trabalhadores expressado no alargamento da jornada de trabalho e no ritmo de trabalho impresso dentro dos canteiros de obra.

Desde 2008 o crescimento da construção civil tem sido maior do que o crescimento do país, com exceção do ano de 2009. Segundo o IBGE, em 2010 o país cresceu 7,5% e a construção 11,8%. Em 2011 o PIB brasileiro recuou para 2,7% e a construção ficou um ponto acima.

No Ceará o peso da construção civil é ainda maior para a economia, segundo o Sindicato dos Construtores do Ceará – SINDUSCON - os mais de 560 associados representam 14% do PIB do Estado. No primeiro semestre de 2012 o PIB do Estado fechou em 2,9% e a construção civil em 5,3%. No terceiro trimestre de 2012 o PIB do Ceará apresentou crescimento de 3,15% e fechou o ano, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), entre 3,5% e 4%. Na revista do Sinduscon,

intitulada Notícias, número 40<sup>21</sup>, Roberto Sérgio, presidente da entidade de classe patronal, afirma que o setor deveria terminar o ano de 2012 com um crescimento de 4 a 5%.

O Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI), calculado pelo IBGE, acumulou alta de 5,68% em 2012. Esse índice é a somatória dos custos com material e mão de obra. No Ceará a variação chegou a 5,35% no ano de 2012, com o custo médio do metro quadrado ficando em R\$ 789,67 (setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Mas, o valor que as construtoras vendem, em média, o metro quadrado é outro. Pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e site Zap<sup>22</sup>, Fortaleza aparece como o sexto metro quadrado mais caro do país em 2012. Segundo a pesquisa, o metro quadrado subiu 11,1% no ano passado e em dezembro fechou em R\$ 4.814,00 (quatro mil oitocentos e quatorze reais). O aumento do preço dos imóveis é tão absurdo que o governo federal reduziu a taxa de juros para financiamentos no valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Com o objetivo de se antecipar e evitar que os empresários do ramo da indústria da construção civil diminuam os investimentos, o governo Dilma<sup>23</sup> anunciou em dezembro de 2012 uma série de medidas para “alavancar as vendas e construções no setor”, segundo declarou Guido Mantega, Ministro da Fazenda de seu governo<sup>24</sup>.

Em síntese, as medidas seriam as seguintes: 1) desoneração da folha de pagamentos – até então o setor pagava R\$ 6,289 bilhões (seis bilhões e duzentos e oitenta e nove milhões), por ano, de INSS. Com a nova medida, o setor não paga mais os 20% e passam a pagar 2% sobre o faturamento, o equivalente a R\$ 3,430 bilhões (três bilhões e quatrocentos e trinta milhões). Quase três bilhões de reais em isenção. Essa medida não tem data para acabar. 2) redução do Regime Especial de Tributação (RET) de 6% para 4% sobre o faturamento - os impostos no setor são unificados e a economia é de R\$ 400 milhões (quatrocentos milhões). 3) aumento do limite da “RET SOCIAL<sup>25</sup>” para R\$ 100.000,00 – cem mil reais. Habitações sociais, que são as do projeto “Minha Casa, Minha Vida”. As habitações de até R\$ 100 mil reais também passam para o “RET

<sup>21</sup> Ver mais em <http://www.sinduscon-ce.org.br/noticias.asp> (acesso em 14/01/2013)

<sup>22</sup> Publicado em <http://www.valor.com.br/empresas/2950310/setor-pode-lancar-menos-imoveis-outra-vez-em-2013#ixzz2H1Mqe3Zh> (acesso em 14/01/2013)

<sup>23</sup> Presidenta do Brasil, sucessora de Lula desde 2011.

<sup>24</sup> Ver entrevista coletiva concedida à imprensa pelo ministro em <http://www.youtube.com/watch?v=DvLkpkSkCuk>

<sup>25</sup> (1% para habitações de até R\$ 85.000,00 – oitenta e cinco mil reais)

SOCIAL”. 4) capital de giro da Caixa Econômica Federal - para pequenas e médias empresas com faturamento de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ano. Taxa de Juros 0,94% ao mês.

Em contrapartida, para os trabalhadores localizados no setor que mais emprega atualmente no país, não há medidas de proteção. Uma das construtoras que mais faturou entre 2008 e 2011 e está entre as sete maiores do país, a MRV, por exemplo, figura em um cadastro do Ministério Público das empresas que praticam o trabalho escravo. A construção segue como campeã dos acidentes de trabalho, maus tratos e baixos salários seguem transformando os canteiros em um “barril de pólvora”.

Não é por acaso que segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)/DIEESE em 2011 a construção civil liderou as greves deflagradas por categorias. Os maiores exemplos foram as obras do complexo de Suape em Pernambuco, Jirau e Belo Monte – no Norte do país - que protagonizaram lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e isonomia de direitos. Lutas que passaram por fora das organizações dos trabalhadores ou por cima destas.

O Brasil tem uma localização no mercado mundial. Por esta razão a complexa situação econômica internacional reflete diretamente no país e na política dos governos.

O Brasil na “novíssima” ordem mundial se especializou como um grande exportador de matérias-primas (commodities) como petróleo, minério de ferro e produtos agrícolas. Também como atração de capital externo para especulação financeira garantida por altas taxas de juros. Por outro lado, o crescimento econômico dos últimos anos gerou um amplo mercado consumidor. O país ainda tem uma grande mão de obra barata e qualificada o que atrai grandes empresas como as montadoras de automóveis e a ampliação da construção civil. O Brasil, no Cone Sul, cumpre um papel de exportador de produtos industrializados.

Atualmente a classe trabalhadora brasileira vive uma intensidade no ritmo de trabalho, o que é comprovado pelo adoecimento em massa. Segundo o Ministério da Previdência em 2011 o Brasil teve 2,342 milhões de afastamentos com auxílio-doença, até outubro de 2012 2,093 milhões já tinham se afastado com o benefício. O auxílio-doença por transtornos mentais foram concedidos para 211,1 mil trabalhadores em 2011

e até outubro de 2012 chegou a 182,1 mil. Em 2011 foram concedidas 194,4 mil aposentadorias por invalidez<sup>26</sup>.

O Brasil tem como principais destinos de suas exportações China e EUA. Como já vimos esses dois países já sofrem os impactos da crise econômica mundial tanto de desaceleração como de crescimento anêmico, respectivamente. Por outro lado, as grandes empresas vêm arrefecendo o ritmo dos investimentos desde, pelo menos, 2012<sup>27</sup>. Não é à toa o reflexo no PIB nacional em 2011 que fechou em 2,7% e em 2012 que foi um pouco mais que 1%, o que aponta uma desaceleração da economia brasileira.

Para tentar reverter a redução de investimentos por parte do empresariado e a precipitação da crise no Brasil o governo, de Lula e Dilma, reduziram o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI das montadoras e linha branca, praticamente zerou o imposto sobre os combustíveis e cortou impostos trabalhistas de mais de 40 setores empresariais, incluindo a construção civil. A redução de impostos obviamente diminui o caixa do governo e já causa problemas no repasse do Fundo de Participação dos Estados e Municípios tão importante para região Nordeste<sup>28</sup>.

Não estamos afirmando que o Brasil e o setor da construção vivem ou viverão uma crise no próximo período. Existem contra tendências expressas pela atuação do governo, tais como pacotes de isenções, e também uma expectativa maior entre os empresários de investimentos, principalmente por conta dos megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas.

---

<sup>26</sup> Informações do Valor Econômico/Ministério da Previdência. In <http://www.valor.com.br/empresas/2950310/setor-pode-lancar-menos-imizeis-outra-vez-em-2013#ixzz2H1Mqe3Zh> (acesso em 14/01/2013)

<sup>27</sup> Segundo jornal Valor Econômico, em São Paulo essa tendência vem acontecendo desde 2010. In <http://www.valor.com.br/empresas/2950310/setor-pode-lancar-menos-imizeis-outra-vez-em-2013#ixzz2H1Mqe3Zh> (acesso em 14/01/2013)

<sup>28</sup> Essa situação se agrava com a seca que atinge toda a região Nordeste a, pelo menos, dois anos. Esse pode ser um dos elementos que fizeram com que em várias cidades o reajuste para servidores fosse menor que a inflação do último período (2012). Em vários lugares houve reação por parte dos trabalhadores como foi o caso de Juazeiro do Norte – CE na qual os professores que tiveram 40% do seu salário reduzido entraram em greve contra essa medida. Protagonizaram uma das mais fortes lutas desta região no início deste ano. Em outros lugares a reação veio após a chamada “Jornadas de Junho” onde a juventude tomou as ruas em todo o país – começando por São Paulo – em uma luta pela redução dos transportes. Encorajados e com o sentimento de que era preciso lutar porque é possível vencer, servidores de cidades como Teresina-PI, Goiânia-GO e Rio de Janeiro-RJ, protagonizaram lutas com ocupação de Câmaras de Vereadores. A luta mais emblemática da nossa recente história foi a dos professores do Rio de Janeiro que comoveu o país. Destaque-se que as lutas citadas não têm relação direta com a redução do Fundo de Participação dos Municípios. Há um investimento em obras para os megaeventos. Em detrimento disto, há uma redução dos orçamentos municipais e estaduais para os servidores e serviços essenciais para população.

A maioria das empresas anunciou, segundo o SINDUSCON estadual, novos investimentos este ano. Desses, 40% em novos projetos e 57,9% pretendiam comprar máquinas e equipamentos, como mostra a pesquisa da Confederação Nacional da Indústria.

Outro elemento que precisamos ter em mente é a empregabilidade do setor que durante o ano de 2012 registrou um saldo de 180.126 mil empregos. Essa empregabilidade, no entanto, tem um preço e quem paga o custo é o trabalhador. A extensa jornada de trabalho, a precarização das condições de trabalho e as terceirizações são a face da mesma moeda do crescimento brasileiro e cearense.

A extensa jornada de trabalho se desdobra em dois momentos: a jornada de trabalho confirmada na letra da lei e a que, de fato, prevalece no local de trabalho. Muitos trabalhadores ganham (financeiramente) mais pela jornada informal do que propriamente por aquilo que realiza no âmbito oficial da sua carga laboral<sup>29</sup>. A impressão de uma vida melhor é a aparência que, visto em perspectiva, induz a uma lenta demolição da força física do operário, compelido pelo capital a trabalhar no marco de uma jornada noite adentro; situação que, em larga escala, se espalha pelo final de semana. De feito, o limite físico do proletariado é colocado à prova. Esse é o segredo interno da intensa valorização do capital no segmento da construção.

Com efeito, esse quadro é parte da precarização que se afirma como condição do proletariado. A precarização, contudo, se estende para além da alucinante carga horária de trabalho. O problema da alimentação, por exemplo, tem provocado verdadeiras rebeliões de base dos operários, encolerizados com o cinismo e a desfaçatez dos empresários. Muitas vezes, a omissão com o sustento nutricional se espria para a questão da segurança do trabalhador e esse fato tem contribuído para adicionar o número de acidentes que torna o ambiente do canteiro de obra num espaço alarmante e ameaçador. Isso explica as constantes campanhas e mobilizações, encetadas pelo sindicato, contra o transcrescimento da quantidade de sinistros que tem vitimado uma massa quase incontável de trabalhadores. Diga-se, de passagem, que essa temática tem sido avocada com força na pauta das últimas campanhas salariais.

Não menos relevante, é a epidemia da terceirização que tem se alastrado nos locais de trabalho. Observa-se, na maior parte dos canteiros, um número significativo de

---

<sup>29</sup> Na construção civil há uma prática de bonificar os trabalhadores por produtividade. Essa produção não é registrada em carteira. Logo quando o trabalhador adoece, acidenta-se ou é demitido só recebe por aquilo que está registrado em carteira.

empresas em que a subcontratação tem se revelado um dos caminhos para acentuar o grau de espoliação a que é submetido o indivíduo ou o grupo de pessoas que é coagido a vender a sua força de trabalho. É notório que os subcontratados não apenas vestem uma indumentária diferente, mas, na maioria absoluta dos casos, são submetidos a condições diferenciadas e agravadas de ordenado e de duração do tempo de trabalho.

Essa é a lógica que os números mais escondem do que revelam. Os gritos de “urra” dos patrões, dos governos e da mídia, em geral, tentam abafar as vozes, as queixas e os protestos do operariado que, em regra, objetivamente se enfrenta com as condições determinadas pela lógica de valorização sedenta do capital.

Sem dúvida, uma das principais lições do período marcado pela presença em foco do governo Lula da Silva é que o crescimento econômico não pode ser entendido sem esse processo de desmantelamento físico da classe trabalhadora. Se esse processo é mais mediado em outras categorias, na construção civil ele assume a feição de um monstro sequioso de suor e sangue. Eis o diagnóstico doloroso. Esse fator explica a sublevação dos operários em muitos canteiros de obra, e não somente em Fortaleza.

Convém ainda lembrar que os ganhos reais obtidos pelos trabalhadores da construção civil, nomeadamente quando das campanhas salariais, decorrem de lutas encarniçadas e não da generosidade dos patrões. Cada pedaço de pão arrancado é produto de inumeráveis batalhas travadas ao longo de meses. A parte isto, os governos não se constroem em reprimir muitas das mobilizações e manifestações levadas a termo pelo trabalhador exasperado pela expressão algébrica de dois termos: os megalucros empresariais e as condições de vida aflitivas da família operária.

Metade dos anos em que o país esteve sob o governo de Luis Inácio Lula da Silva esteve atravessada pelo signo das greves dos operários da construção civil de Fortaleza; processos grevistas que, em última análise, se pautaram pela radicalização dos métodos de luta e que, no decurso das coisas, eram simplesmente a contraface da exploração despudorada do capital sobre o trabalho, sob o olhar condescendente de um ex-sindicalista. Tem sido amplamente desconsiderado que as esperanças e ilusões dos trabalhadores em Lula não se constituíram num embaraço a que estratos significativos da classe trabalhadora tenham saído à luta por conquistas. A experiência dos operários da construção civil da capital cearense se revelou uma expressão emblemática desse fato rigorosamente histórico. Essa talvez seja uma lição do período ainda não devidamente aquilatada. Vejamos isso agora.

### **3.3 Lutar quando a regra é ceder - as lições dos anos Lula da Silva para as lideranças da construção civil de Fortaleza.**

*“O problema de se o pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema prático. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade”. (KARL MARX)*

Acumulamos até aqui que a mudança na consciência operária deve-se a uma série de fatores, dentre os quais destacamos: a dinâmica da luta de classes, o embate ideológico que aí se estabelece e o processo de educação política que decorre da própria dinâmica sócio-ideológica.

A luta de classes, nesse sentido, funciona como uma escola de formação. Como dito anteriormente, é uma educação pela ação; um processo em que a atividade diária da luta direta incide sobre a sua cultura, a sua consciência e os seus hábitos. Incorpora-se um conjunto de novos artefatos que passa a atuar diretamente sobre a organização mental do operariado.

Dito isso, como as lideranças da construção civil, diante da dinâmica da luta de classes na qual um presidente de origem operária conduzia o país, travaram um duro embate ideológico fruto desta nova realidade? E mais: neste embate ideológico, qual formação, qual educação política, decorreu desta experiência para o conjunto dos trabalhadores do setor da construção civil?

A partir de suas lideranças, vamos levantar as experiências da construção civil nos anos Lula tendo como referencial os seguintes elementos: 1) frente aos seus direitos, pleiteando-os com vigor, a partir das campanhas salariais; 2) no terreno da ação direta, adotando métodos radicais de luta com vistas a alcançar os seus objetivos; 3) diante do tronco ideológico empresarial, antepondo-se a sua sanha hegemônica; 4) Em uma perspectiva de prazo mais alongado, assumindo novos vínculos ideológicos, agora consentâneos com os seus interesses e necessidades 5) lançando nomes da categoria nas disputas eleitorais (parlamentares), ratificando os nomes dos seus representantes em concorridas assembleias; 6) participação em campanhas nacionais não diretamente relacionadas com as querelas imediatas típicas das campanhas salariais; 7) inserção no processo de reorganização político sindical, nacional e estadual, aberta com ascensão de Lula à presidência.

### **A) Campanhas salariais de 2003 a 2010.**

Durante os oito anos do governo Lula (2003 a 2010) ocorreram cinco greves dos trabalhadores da construção civil nos seguintes anos: 2003; 2004; 2005; 2007 e 2008. No ano de 2010 a greve foi deflagrada, mas na sexta-feira que antecedeu o início da greve a patronal apresentou uma proposta que na opinião da direção pareceu interessante. No dia que a greve deveria começar, foi realizada uma assembleia para que os trabalhadores decidissem se aceitavam ou recusavam a proposta apresentada pela patronal. Foram lutas difíceis, mas que temperou a experiência dos trabalhadores, avançou na formação de uma nova camada de dirigentes sindicais jovens, formados sob a história de luta da categoria. A cada luta uma vanguarda de trabalhadores irrompia dos canteiros de obra espalhados pela cidade.

Houve vitórias e derrotas. Avanços e retrocessos. Também ocorreram campanhas em que a luta entre as classes foram resolvidas pela justiça. Nos dois primeiros anos do governo Lula, 2003 e 2004, a categoria fez greve e foi para um dissídio. no ano de 2003 a justiça retirou da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT o feriado do dia do trabalhador da construção civil. Desde então, a patronal vem recusando voltar para CCT este feriado no setor.

No ano de 2005 a patronal só assinou o a CCT quando foi retirado o índice indexador<sup>30</sup> e que somente agora, à luz dos debates sobre a próxima campanha salarial, vem sendo feita uma reflexão se foi ou não uma derrota.

Ainda nos marcos do governo Lula, a greve mais importante da categoria foi a de 2008. Primeiro, porque o STICCF era reconhecidamente a entidade que estava impulsionando a reorganização do movimento sindical cearense e dessa forma era um sindicato vanguarda na construção de uma nova central sindical, a Conlutas. Segundo, na esteira dessa reorganização, a greve atraiu apoio de várias entidades do estado e do país, aprofundando o processo de reorganização sindical iniciado em 2003.

### **B) Campanhas nacionais e atividades gerais do movimento sindical**

---

<sup>30</sup> Até então o reajuste nos pisos salariais da categoria era realizado a partir do reajuste do menor piso. No caso em tela o piso menor é o do servente. Se o piso do servente era reajustado em 9%, por exemplo, o do meio-profissional subia 9% mais 0,99%; o do profissional aumentava 9% mais 1,3%. Assim mantinha-se uma diferença salarial entre as funções. Atualmente os pisos são negociados com índices diferentes. Dessa forma, a patronal se beneficia, pois o que tem ocorrido é uma aproximação dos pisos ao salário mínimo.

Em 2003, ocorreu o VIII Congresso da Central Única dos Trabalhadores – CUT que foi marcado por uma forte polarização e disputa. A disputa dava-se ao redor do apoio ao governo Lula, e suas medidas, que a direção majoritária da CUT queria aprovar.

Este congresso contou com uma forte presença de ministros do governo federal e parlamentares, da maioria de ex-dirigentes da central e também do próprio presidente Lula. O presidente foi para convencer os sindicalistas presentes de que a primeira reforma do seu governo, da Previdência<sup>31</sup>, era necessária e merecia apoio dos trabalhadores. Vale destacar que Lula foi pessoalmente ao Congresso Nacional entregar a proposta de reforma da previdência para que fosse discutida entre os parlamentares.

Com a CUT apoiando o governo Lula, considerando seu governo, votando majoritariamente em seu congresso que apoiaria a reforma da previdência, os servidores públicos ficaram sem uma central que apoiasse sua luta e campanha contra esta reforma.

Os servidores públicos federais resolveram então entrar em greve contra a reforma da previdência em 2003 surgindo daí um movimento de entidades e sindicalista insatisfeito com a CUT e dispostos a romper com a central. Foi uma greve longa, radicalizada, que protagonizou grandes atos e passeatas<sup>32</sup>, os servidores públicos bateram-se de frente não apenas com Lula e o PT, a quem chamavam de traidor, mas também com a CUT, que não conseguiu falar em nenhuma manifestação. Na maior delas o então presidente da CUT, Luís Marinho (indicado por Lula), foi vaiado sem dó pela massa. Os servidores votaram em todas suas plenárias que “a CUT não fala em nosso nome”, porque viam que a Central apoiava a reforma.

Iniciava então, um processo de reorganização do movimento sindical brasileiro em um primeiro governo do PT. A polêmica “romper ou permanecer na CUT” estava lançada. Reuniões, plenárias, encontros sindicais foram realizados para debater amplamente essa questão.

A primeira atividade ocorreu dentro do Fórum Social Brasileiro<sup>33</sup> (FSB). Em uma programação paralela ao FSB, foi realizada uma plenária do movimento sindical que

---

<sup>31</sup> Que atacava os servidores federais, estaduais e municipais.

<sup>32</sup> A maior dessas passeatas foi realizada dia seis de agosto de 2003 em Brasília e reuniu 70 mil em Brasília. O governo, sabendo da marcha, antecipou para o dia cinco de agosto a votação em primeiro turno da PEC 40. O presidente do Congresso na ocasião, João Paulo Cunha (PT-SP), impediu a entrada de sindicalistas que, mesmo munidos de mandato judicial, queriam protestar contra a votação, foram recebidos violentamente por policiais.

<sup>33</sup> Evento que antecipava os debates do Fórum Social Mundial tendo em vista que o FSM do ano seguinte não seria no Brasil. Ocorreu em novembro de 2003 em Belo Horizonte – MG.

encaminhou a construção de um Encontro Sindical em 2004 com o objetivo de discutir e organizar a mobilização dos trabalhadores.

O STICCF participou ativamente de todo este processo através da direção do sindicato e da participação de trabalhadores da base da categoria. O debate era feito abertamente dentro dos canteiros de obra e havia os que defendiam a CUT e a permanência na central e aqueles que apostavam na mobilização e organização dos sindicatos por fora da CUT.

O Encontro aconteceu em Luiziânia, Brasília, em março de 2004 e contou com a participação de mais de duzentos sindicatos e federações de diversas categorias como metalúrgicos, professores, movimento popular, servidores federais, estaduais e municipais. No encontro foi deliberado um calendário de lutas e a formação de uma coordenação nacional de lutas – CONLUTAS. O STICCF teve uma importante participação na construção do encontro e levou uma caravana com aproximadamente trinta trabalhadores da categoria.

No segundo semestre de 2004 inicia-se o processo de ruptura com a CUT com os dirigentes da esquerda da CUT - do PSTU - José Maria de Almeida e Vera Guasso, entregaram na Executiva Nacional da Central um pedido de licença deste organismo. Enquanto isso os sindicatos e a Federação do setor metalúrgico de Minas Gerais, dos Sindicatos de Santa Catarina redigiram e assinaram uma “Carta-Manifesto” abrindo o debate da necessidade de desfiliação da CUT. Começava a materialização da recomposição aberta no movimento sindical pela nova situação do país com a posse de Lula. A rebelião que isso começa a provocar na base da CUT, por outro lado, cria as condições para que se inicie também a construção de uma alternativa para a luta dos trabalhadores.

A campanha no movimento operário chamando as entidades sindicais de base a romperem com a CUT, iniciada com o funcionalismo público, ganhou força com os trabalhadores do setor privado. Alguns setores que se reivindicavam de esquerda ou marxista (dentro e fora do Brasil) lançaram duras críticas a essa posição. Segundo eles, não haveria base de massas para construir uma nova direção para os trabalhadores, além de ser uma política “divisionista”, “ultra-esquerdista” e aventureira. A questão das políticas que dividem ou unificam o movimento operário é outro problema em pauta nesta polêmica.

No Ceará a polêmica do movimento sindical também foi bastante polarizada. Essa polarização também ocorreu internamente na diretoria do STICCF. A campanha foi

feita na base da categoria com visitas aos canteiros de obra e distribuição de panfletos do sindicato e da CONLUTAS. No dia vinte e nove de setembro de 2004, em assembleia, os trabalhadores votaram a desfiliação da CUT e participação na CONLUTAS.

Em 2005, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a CONLUTAS realizou uma plenária do movimento sindical para tocar a campanha de ruptura com a CUT e construir um plano de lutas para aquele ano. Ao longo do ano vários sindicatos foram desfilando-se da CUT e aderindo à coordenação de lutas.

No decorrer do ano foi-se amadurecendo a proposta de tornar a CONLUTAS uma central sindical e popular. Para isso foi-se construindo o Congresso da Classe Trabalhadora para decidir essa questão. E no fim de junho de 2006, em Sumaré, São Paulo o congresso votava que a CONLUTAS seria agora uma central sindical e popular.

A CONLUTAS tornou-se uma realidade no processo de reorganização sindical que tinha avanços e retrocessos. Muitas discussões foram feitas, várias propostas apresentadas, outras centrais foram se articulando. O fato é que a CONLUTAS passou a ter bandeiras presentes em atos, greves, lutas das mais diversas categorias.

Em 2008 realizou-se o I Congresso da CONLUTAS em Betim, Minas Gerais. Outras polêmicas, que não cabe aqui explicitar, surgiram dentro do processo de reorganização. Tratava-se agora de unir todo o sindicalismo de oposição ao governo Lula e que rompiam com a CUT em uma só organização. Tratava-se de robustecer uma alternativa ao sindicalismo de colaboração de classes, antagônico ao classismo e a independência dos trabalhadores diante de patrões e governos.

Entre avanços e recuos o debate da unidade ao redor da CONLUTAS foi ganhando peso. E em junho de 2010, em Santos, São Paulo, a CONLUTAS realizou seu II Congresso e deliberou pela unificação com setores que até então construíam alternativas ou não estavam em nenhuma central sindical. Logo após o II Congresso da CONLUTAS, aconteceu o Congresso da Classe Trabalhadora – CONCLAT que, com muita polêmicas e algumas rupturas, votou a construção da Central Sindical e Popular – CONLUTAS - CSP-CONLUTAS.

Atualmente o STICCF é o principal sindicato que constrói a CSP-CONLUTAS no Ceará. É este sindicato e suas formas de luta que se transformou em pólo de atração na construção desta nova central. Por ter tamanha responsabilidade no processo de reorganização sindical do estado do Ceará, o STICCF liberou um membro da sua direção para dedicar-se ao trabalho de construção e organização desta central. Um

“peão” com ensino fundamental I, que, sozinho, aprendeu a usar um computador, enviar e-mail, fazer ofícios, que elabora o jornal do STICCF e das diversas oposições e movimentos que são parte da CSP-Conlutas; esse peão é hoje conhecido como “o cara” da reorganização político-sindical cearense. Hoje figura entre os jovens dirigentes operários, surgido no governo Lula, que são referências no estado do Ceará.

Dessa forma o STICCF renova seu quadro de lideranças da categoria. A luta de classes é uma escola de formação e o sindicato, em última instância atua como escola para revolução.

### **C) Eleições burguesas<sup>34</sup>**

A participação dos dirigentes sindicais do STCCF não ocorre na esfera da luta econômica da categoria. Sobretudo no cotidiano busca-se uma educação política permanente da categoria. Essa é fórmula para que os mais velhos não esqueçam as lições e os mais novos aprendam: a discussão política permanente. Nesse sentido as lideranças da construção civil buscaram ser uma alternativa política para os trabalhadores e não apenas uma liderança que serve apenas para luta econômica contra os patrões. E assim, apresentaram-se como tribunos com um programa alternativo ao que os partidos tradicionais apresentavam nas eleições burguesas.

Nos pleitos de 2002 até 2010, marco temporal de nossa pesquisa, figuraram candidatos – aos cargos majoritários e proporcionais – da direção do STICCF. Em 2002 o Raimundão<sup>35</sup>, uma das maiores lideranças operárias do estado, foi candidato pelo PSTU a governador e obteve 9.707 votos em todo o estado do Ceará. Nunca é demais lembrar que essa eleição foi a que elegeu Lula presidente e Lúcio Alcântara como governador do estado do Ceará em uma disputa com José Airton do PT. Gonzaga, atual dirigente do sindicato, apresentou-se como candidato a deputado estadual e obteve 410 votos.

Nas eleições de 2004, Valdir<sup>36</sup> apresentou-se como candidato a prefeito – e obteve 2.456 votos. Nesta eleição Raimundão apareceu como candidato a vereador e

---

<sup>34</sup> Os números apresentados nesta seção foram todos retirados do site do TER Ceará. In <http://www.tre-ce.jus.br/> acesso em 20/11/2013.

<sup>35</sup> Uma das maiores lideranças operárias do estado do Ceará. Participou do grupo de oposição em 1988 que tomou o STICCF das mãos do pelego Mariano. Raimundão surgiu nas lutas dos canteiros de obra por água potável e por uma alimentação adequada aos trabalhadores dentro dos canteiros. Foi um dos fundadores do PSTU no Ceará.

<sup>36</sup> Foi dirigente do sindicato dos sapateiros do estado do Ceará, membro da executiva estadual da CUT Ceará. Um dos fundadores do PSTU e atual assessor político do STICCF.

obteve 2.487, junto com Gonzaga que obteve 36. Foi nesse ano que, após uma luta interna no PT que envolveu a direção nacional deste partido, que Luiziane Lins foi eleita prefeita de Fortaleza<sup>37</sup>.

Em 2006 o PSTU participou de uma Frente de Esquerda com o PSOL e PCB, nacionalmente e no estado. Raimundão, desta vez, foi candidato ao senado e obteve 18.545 votos. Nestor – atual coordenador geral do STICCF – foi candidato a deputado federal alcançando 1.028 votos; e Geraldo Magela, também membro da direção do sindicato, foi candidato a deputado estadual conseguindo 611 votos.

A Frente de Esquerda repete-se em 2008. Gonzaga foi o candidato a vice-prefeito que tinha como candidato majoritário Renato Roseno do PSOL. Nestor e Geraldo Magela foram candidatos à vereador alcançando 258 e 234 votos, respectivamente.

Em 2010 o PSTU saiu com candidatura própria. Gonzaga foi candidato a governador obtendo 5.412 votos em todo o estado e Nestor foi o candidato principal a deputado federal com 4.020 votos.

#### **D) Eleições sindicais 2000 a 2010**

As eleições para direção do STCCF fazem parte da luta de classes e refletem a conjuntura de cada momento vivido pela categoria.

Desde a tomada do STICCF em 1988 e a mudança de rota impressa pelos grupos à frente da direção do sindicato as eleições expressavam uma renovação dos dirigentes da entidade. Em conjunturas avanço da classe trabalhadora, a renovação era maior. Em momentos de defensiva, a renovação era menor.

Nesse sentido o CGB que esteve à frente do STICCF e que cumpriu, como vimos em capítulo anterior, um importante papel de educar as massas de trabalhadores da construção civil sob a égide do classismo, se extinguiu enquanto grupo e seus membros – por força, mais uma vez, da situação da luta de classes – construíram novas organizações. A maioria foi para o PSTU<sup>38</sup>. Uma parte foi ou permaneceu no PT.

---

<sup>37</sup> Vale a pena destacar que Luiziane Lins foi candidata depois que a militância da Democracia Socialista – DS fez uma forte campanha para não apoiar a candidatura de Inácio Arruda, do PC do B, conforme havia sido acordado com a direção nacional do PT. E apesar da direção nacional do PT manter o apoio ao candidato do PC do B, Luiziane foi eleita prefeita da cidade de Fortaleza.

<sup>38</sup> Os membros que eram do CGB em 1990 se dividiram. Uma parte foi para Convergência Socialista, tendência do PT que deu origem ao PSTU em 1994; outra parte foi para o Partido da Frente Socialista, que não durou muito. Alguns poucos permaneceram sem organização até a construção do movimento pró-PSTU que aglutinou os diversos ativistas.

Destacamos que o PT desde 1988 esteve representado na direção do STICCF. Até 2004 todos eram cutistas. Então a direção era renovada por base em convenção na qual os grupos políticos disputavam o número de vagas na direção com campanha na base da categoria. As vagas da direção eram proporcionais ao número de votos que cada chapa obtivesse na base da categoria.

A convenção ocorria quando não havia disputa na base da categoria. Mas, na história do STICCF houve momentos em que ocorreram eleições com chapas disputando a direção do sindicato. Em 2000, por exemplo, duas chapas disputaram a direção: a Chapa 1, composta por membros do PSTU, PT e PCB; e a Chapa 2, composta por membros ligados ao grupo da Rosa da Fonseca e Maria Luiza, Crítica Radical. Venceu a Chapa 1 e os membros da Chapa 2 não se viu e nem ouviu falar pelos canteiros de obra da cidade.

Em 2003, a direção foi resolvida através da convenção cutista. Ao final do processo, na direção colegiada permaneceram PSTU, PT e PCB, com o primeiro obtendo majoritariamente o maior número de cargos na direção.

Em 2006, ocorreram eleições bem polarizadas. Foi a primeira eleição após a desfiliação do STICCF da CUT e esse motivo para ter duas chapas concorrendo. A Chapa 1 apoiada pela CONLUTAS e a Chapa 2 apoiada pela CUT. A Chapa 1 composta por membros do PSTU e PCB venceram o pleito.

Por fim, em 2009, a eleição ocorreu com chapa única composta por membros que compuseram a última gestão da entidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos”.*  
(JOÃO CABRAL DE MELO NETO)

O estudo das experiências dos operários da construção civil de Fortaleza demonstra (mais do que antes) que a potência e a robustez da noção de luta de classes constituem um fato mais durável do que imaginavam os seus detratores.

Descrita em cores muita viva, a luta de classes segue como um ponto de partida e um critério absolutamente legítimo para reconstituição de estudos sobre os diversos agrupamentos que se organizam e definem o seu lugar no tabuleiro de uma sociedade em que as peças nunca estão no mesmo lugar.

A dissertação que, neste ponto, se finaliza, procurou captar a exata ocasião em que um agrupamento de classe – os operários da construção civil de Fortaleza – moveu-se no tabuleiro a que acima fizemos referência. Esse movimento de um lugar determinado em direção a outro, que lhe era próximo e diverso, se liga indissolúvelmente a uma mecânica vigorosa de perícia, preparo e instrução pela via da luta direta.

Nessa direção, quanto mais rapidamente acumula prática e saber político, mais o operariado avança na formação das suas lideranças. Essa, contudo, é uma resultante e não o seu ponto de impulso que, em regra, contém um sentido objetivo. Desta forma, nada mais natural em tais processos do que entendê-los em sua grande e complexa exaltação inicial. Essa complexidade tem contribuído para “quebrar a cabeça” de inumeráveis pesquisadores das temáticas operárias.

As condições capazes de levar a massa à fúria, estas sempre existiram. Por que essa fúria se mostra em um instante determinado e não em outro? Como essa cólera é organizada? Como esses elementos se cruzam e atuam em um processo de tomada de consciência, de educação política e formação de lideranças?

Quanto a isso, o texto dissertativo procurou captar o instante particular em que uma combinação de elementos (ascenso sindical-político, recomposição das forças

organizadas, condição para o surgimento de novas direções, movimentação da base da categoria em um nível levemente diferenciado, aparecimento de líderes entre os trabalhadores e geração de uma pequena, mas importante, franja de vanguarda etc.) permitiu que houvesse uma mudança no tabuleiro social.

Quando a maré virou em seu quase absoluto e imprevisível trajeto, consciência e ação puderam ser guiadas quase que numa única direção e, desse modo, os operários da construção civil de Fortaleza foram alçados a uma situação de excelência social e política na geometria de uma cidade; cidade esta que passou a conviver com a figura do trabalhador pelas ruas e praças, gritando, se movendo, movendo o que carecia de ser movido, construindo, afinal, um novo comando e uma nova hegemonia.

A fim de ilustrar esses fatos, trouxemos à luz as relações entre esses processos e o contexto distinguido pela ascensão ao poder de um ex-líder sindical, Luis Inácio Lula da Silva. Nem as expectativas geradas por esse episódio anulou o aprendizado de que só a mobilização é capaz de assegurar conquistas aos trabalhadores.

Essas foram questões capitais resultantes da pesquisa desenvolvida e, neste lugar, expressas em toda a sua materialidade.

Sob diversos aspectos, pode-se concluir provisoriamente esta discussão; em definitivo, de modo taxativo, não. Daí finalizarmos essa dissertação com o método simples das considerações finais. E diga-se desde logo, com o devido apoio nesse entendimento: o que aqui apresentamos é mais uma senda do que um caminho definitivo. Outros pesquisadores devem seguir essa obra, que é inconclusa, e como tal, funciona como uma obra aberta.

Dizemos seguir, mas não no sentido de ter acordo com o que aqui escrevemos; seguir na acepção de imprimir continuidade, ainda que sob outros prismas, ao trabalho de desvelamento da classe operária, das suas ações, da sua aparelhagem mental em movimento, dos modos distintos em que, numa sociedade marcada pela exploração, procura gerar os seus líderes e se educar para fazer valer os seus direitos; os de ontem, os de hoje e também aqueles de um amanhã que bate com força em sua porta, mal o sol desponta, como se ouvisse o som do galo cantando em um quintal levemente distante e o qual ela ainda não consegue divisar por inteiro.

**BIBLIOGRAFIA:**

- ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas. Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira.** São Paulo: Editora Sundermann, 2011.
- BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista,** São Paulo: Boitempo, 2012.
- BUKHARIN. N. **A teoria do materialismo histórico** – manual popular de sociologia marxista, Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1970.
- CANARY, Henrique. **O que é... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade,** São Paulo; Sundermann, 2012.
- COSTA, Frederico. **Marxismo, história e educação,** in: *Vozes da FACEDI,* Fortaleza: EDUECE, 2010.
- EAGLETON. **Ideologia.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Marx estava certo,** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra,** in: *O marxismo e os sindicatos (Marx, Engels, Lênin e Trotsky),* São Paulo: Sundermann, 2008(a).
- \_\_\_\_\_. **O sistema de trabalho assalariado,** in: *O marxismo e os sindicatos (Marx, Engels, Lênin e Trotsky),* São Paulo: Sundermann, 2008 (b).
- FELIPPE, Wiliam. **As classes sociais no capitalismo,** São Paulo: Sundermann, 2008.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história,** 7ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura,** São Paulo; Círculo do Livro: s/d.
- HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho** – novos estudos sobre história operária, Rio de janeiro: Paz e Terra, 2000.
- LENIN, V. Ulianov. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo,** 6ª edição, São Paulo: Global editora, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Que fazer (?)**, Lisboa: Editorial Avante, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Uma grande iniciativa,** in: *Obras escolhidas, tomo 3,* Lisboa: Avante, 1982.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe** – estudos sobre a dialética marxista, São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias,** 13ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 2010.

- MANDEL, Ernest. Teoria leninista da organização. Edições Rosa dos Ventos, 1979.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**, 4ª reimpressão, São Paulo; Martin Claret, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia**, São Paulo; Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**, 6ª edição, Rio de Janeiro, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Os pensadores**, São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A sagrada família**, São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O manifesto comunista**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**, São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MENDES, José Ernandi. **Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza: Uma História de Luta e Aprendizado de 1988 a 1991**. 1994. 292 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**, São Paulo: Boitempo, 2008 (b).
- \_\_\_\_\_. **Filosofia, ideologia e ciência social**, São Paulo: Boitempo, 2008 (a).
- \_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**, São Paulo: Boitempo, 2004.
- MORENO, Nahuel. **O partido e a revolução**, São Paulo: Sundermann, 2008.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**, São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**, São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- ROSA, Guimarães. **Primeiras histórias**, 26ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil (1945-1990)**, São Paulo: Editora Ática, 1994.
- SANTOS, Adriana Gomes; NETO, Antônio Fernandes. **Organização de base – história, formas, experiências e atualidade**, São Paulo: Kenosis, 2013.
- SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TROTSKY, Leon. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** – a árvore da liberdade, Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1997.

ZIZEK, Slavoj (org.). **“O espectro da ideologia”**, in: um mapa da ideologia, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.